



Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1991
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Emília Belinati, José Tavares e Luiz Antônio Setti (07). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM Nº 100/91

Curitiba, 16.10.91.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual,

tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa Augusta Casa o anexo anteprojeto de lei dispondo sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Visa, ainda, instituir a tabela única de salários do pessoal técnico-administrativo das referidas autarquias, também regido pela CLT.

O Plano de Lei ora proposto, além da majoração salarial que se constitui no ponto central da medida, reproduz, por oportuno, em função da recente autarquização das ex-fundações de ensino superior, o quadro de vantagens próprias do pessoal docente das mesmas.

Por outro, vale ressaltar o fato de constarem dispositivos expressos no sentido de que o enquadramento dos atuais servidores técnico-administrativos das Autarquias de Ensino Superior será regulamentado por ato conjunto das Secretarias de Estado da Administração e da Indústria e do Comércio e de que as despesas com a execução da medida serão atendidas através de dotações orçamentárias das respectivas entidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, compreende:

- I - salário;
- II - adicionais por tempo de serviço;
- III - gratificação de incentivo; e
- IV - gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 2º - Os valores dos salários do pessoal docente ficam fixados em conformidade com a tabela constante do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - A gratificação de incentivo será calculada sobre o salário estipulado em tabela, obedecendo os seguintes percentuais:

- I - 5% (cinco por cento) quando especialista;
- II - 15% (quinze por cento) quando mestre;
- III - 25% (vinte e cinco por cento)

quando doutor ou livre docente; e

IV - 30% (trinta por cento) quando doutor e livre docente.

Art. 4º - A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva a ser atribuída aos docentes, fica fixada em 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário estipulado em tabela.

Parágrafo Único - A concessão da gratificação de que trata o "caput" deste artigo observará as condições que serão estabelecidas em Decreto.

Art. 5º - Fica instituída a tabela única de salários do pessoal técnico-administrativo das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do Anexo II que faz parte integrante desta Lei.

§ 1º - Aos servidores de que trata o "caput" deste artigo é atribuída a gratificação criada pela Lei nº 9.049/89, alterada pela de nº 9.515/91.

§ 2º - O enquadramento dos atuais servidores na tabela única será regulamentado em conjunto pelas Secretarias de Estado da Administração e da Indústria e do Comércio.

Art. 6º - Os adicionais por tempo de serviço atribuídos ao pessoal docente e ao pessoal técnico-administrativo, serão calculados sobre o salário estipulado em tabela e na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, e no artigo 27, inciso XIV, da Constituição Estadual.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias das respectivas entidades.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1991, ficando revogada a Lei nº 9.617, de 06 de junho de 1991, e demais disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA SALARIAL DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/1991

DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PA1 PROF. AUXILIAR N.1	278.489,76	236.716,30	194.942,83	167.093,86	139.244,88	83.546,93	69.622,44	62.660,20
PA2 PROF. AUXILIAR N.2	286.844,45	243.817,78	200.791,12	172.106,67	143.422,23	86.053,34	71.711,11	64.540,00
PA3 PROF. AUXILIAR N.3	295.449,79	251.132,32	206.814,85	177.269,87	147.724,89	88.634,94	73.862,45	66.476,20
PA4 PROF. AUXILIAR N.4	304.313,28	258.666,29	213.019,30	182.587,97	152.156,64	91.293,98	76.078,32	68.470,49
PS1 PROF. ASSISTENTE N.1	366.575,77	311.589,40	256.603,04	219.945,46	183.287,88	109.972,73	91.643,94	82.479,55
PS2 PROF. ASSISTENTE N.2	377.573,04	320.937,09	264.301,13	226.543,83	188.786,52	113.271,91	94.393,26	84.953,93
PS3 PROF. ASSISTENTE N.3	388.900,23	330.565,20	272.230,16	233.340,14	194.450,12	116.670,07	97.225,06	87.502,55
PS4 PROF. ASSISTENTE N.4	400.567,24	340.482,16	280.397,07	240.340,34	200.283,62	120.170,17	100.141,81	90.127,63
PD1 PROF. ADJUNTO N.1	426.604,11	362.613,49	298.622,88	255.962,47	213.302,06	127.981,23	106.651,03	95.985,92
PD2 PROF. ADJUNTO N.2	439.402,23	373.491,90	307.581,56	263.641,34	219.701,12	131.820,67	109.850,56	98.865,50
PD3 PROF. ADJUNTO N.3	452.584,30	384.696,66	316.809,01	271.550,58	226.292,15	135.775,29	113.146,08	101.831,47
PD4 PROF. ADJUNTO N.4	466.161,83	396.237,56	326.313,28	279.697,10	233.080,92	139.848,55	116.540,46	104.886,41
PT PROF. TITULAR N.1	498.793,15	423.974,18	349.155,20	299.275,89	249.396,57	149.637,94	124.698,29	112.228,46
PT PROF. TITULAR N.2	513.756,94	436.693,40	359.629,86	308.254,17	256.878,47	154.127,08	128.439,24	115.595,31
PT PROF. TITULAR N.3	529.169,65	449.794,20	370.418,76	317.501,79	264.584,83	158.750,90	132.292,41	119.063,17
PT PROF. TITULAR N.4	545.044,74	463.288,03	381.531,32	327.026,85	272.522,37	163.513,42	136.261,19	122.635,07

- (1) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEL;
(2) ESTE REGIME DE TRABALHO É APLICADO SOMENTE PELA UEPG;

ANEXO II TABELA SALARIAL DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/1991

NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	45.127,28	48.737,47	52.636,46	56.847,38	61.395,17	66.306,79	71.611,33	77.340,23	83.527,45	90.209,65	97.426,42	105.220,54
B	52.838,46	56.847,38	61.395,17	66.306,79	71.611,33	77.340,23	83.527,45	90.209,65	97.426,42	105.220,54	113.638,18	122.729,23
C	61.395,17	66.306,79	71.611,33	77.340,23	83.527,45	90.209,65	97.426,42	105.220,54	113.638,18	122.729,23	132.547,57	143.151,38
D	71.611,33	77.340,23	83.527,45	90.209,65	97.426,42	105.220,54	113.638,18	122.729,23	132.547,57	143.151,38	154.603,49	166.971,77
E	83.527,45	90.209,65	97.426,42	105.220,54	113.638,18	122.729,23	132.547,57	143.151,38	154.603,49	166.971,77	180.329,51	194.755,87
F	97.426,42	105.220,54	113.638,18	122.729,23	132.547,57	143.151,38	154.603,49	166.971,77	180.329,51	194.755,87	210.336,34	227.183,25
G	122.729,23	132.547,57	143.151,38	154.603,49	166.971,77	180.329,51	194.755,87	210.336,34	227.183,25	245.336,30	264.963,21	286.160,27
H	132.547,57	143.151,38	154.603,49	166.971,77	180.329,51	194.755,87	210.336,34	227.183,25	245.336,30	264.963,21	286.160,27	308.063,09
I	166.971,75	180.329,49	194.755,84	210.336,31	227.183,22	245.336,27	264.963,18	286.160,23	308.063,05	333.777,29	360.479,48	388.317,83

REQUERIMENTO N° 2742

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n° 413/91, de autoria deste Deputado, Projeto esse que "torna facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2744

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n° 394/91, de autoria deste Deputado, projeto esse que "isenta do pagamento de tarifas, em veículos de transporte coletivo, alunos de escolas de ensino de 1° grau".

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2745

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n° 316/91, de autoria deste Deputado, projeto esse que "autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Destacamento da Sentinela Escolar Estadual, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2765

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual eleito pelo PDT, na forma regimental REQUER a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n° 198/91, que se encontra em Regime de Urgência e na sessão do dia 08 do corrente recebeu emen-

das e foi às Comissões, não mais retornando.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, após ouvido o Plenário REQUER licença para tratamento de saúde (realização de cirurgia) pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da próxima segunda-feira, dia 21 do corrente.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) EURIDES MOURA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Serviço Médico

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o Deputado Eurides Moura necessita de 30 (trinta) dias de afastamento de suas atividades para submeter-se a cirurgia.

Curitiba, 17/10/91

Dr. Rogério Augusto Camargo Scheibe

REQUERIMENTO N° 2759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a convocação do Exmo. Senhor Deputado CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, para prestar esclarecimentos referentes a contratação do Senhor José Antonio de Araújo.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção, nos Anais da Casa, do inteiro teor do documento apresentado à Nação pelo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, intitulado Há um outro caminho, através do qual faz análise da crise hoje vivida e aponta o caminho para a solução das graves dificuldades enfrentadas pela Nação brasileira, sugerindo e propondo medidas para que o País retome o caminho do desenvolvimento tão almejado pelo povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO MARQUES DE OLIVEIRA, ocor-

rindo no dia 10 de outubro do corrente ano, na cidade de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, destinando-se ao Senhor AUGUSTO MARQUES DE OLIVEIRA FILHO - Vice-Prefeito de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná. Podendo ser o mesmo endereçado à Prefeitura.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 de outubro de 1.991, faleceu o Senhor AUGUSTO MARQUES DE OLIVEIRA, genitor do Vice-Prefeito de Bela Vista do Paraíso - PR, e seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do trigésimo aniversário do Município de Cambira, que se comemora em 22 de outubro.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades, através de correspondência a ser enviada para a Rua Argentina, 95 - 86.890 - Cambira - PR.

- José Decínio Catâneo (Prefeito Municipal).

- Francisco Pereira (Vice-Prefeito)

- E Vereadores:

Anélio Miliati (Pres. da Câmara Municipal).

Laércio Barriquelo

Aparecido Hilário Evaristo

José Luiz Duarte

Laércio Lorenzini

Benedito Secco

João Rodrigues Filho

Sebastião Pereira da Silva

Moacir Menosse.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2758

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem à presença de V. Ex.^a REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, seja registrado um voto de louvor ao ilustre jornalista LUIZ GERALDO MAZZA, autor do corajoso e oportuno artigo denominado "PAGA A FARSA", publicado no jornal "Folha de Londrina", edição de 17.10.91, justificando este pe-

Curitiba, quinta, em 17.10.91

dido pelo próprio conteúdo do artigo, cuja transcrição ora fazemos:

"A Casa Civil do Governo passado esteve notoriamente envolvida, conforme já decidiu o TRE, nas operações da farsa eleitoral do "Ferreirinha". O pior é que a atual, ratificando o comportamento anterior, premiou o octagenário e lendário Baiano da Foice, José Antonio de Araújo, por sua participação nos episódios das denúncias contra a família Martinez como auxiliar técnico da Casa Civil com gratificação no percentual de 100 por cento sobre o vencimento básico, o do símbolo 5-C.

Para o funcionalismo não há grana. Os servidores da saúde são o maior exemplo da degradação a que chegou o Governo com salários humilhantes e não foram sequer atendidos em direito a uma audiência com o príncipe. Muitos deles fizeram mais do que o Ferreirinha e o Baiano da Foice: Votaram em massa em Requião e sinceramente, sem qualquer representação teatral. Participantes da farsa foram todos premiados: uns como servidores ou como fornecedores e prestadores de serviços, liberados de concorrência, como na área de propaganda.

Não se pode levar a sério a moralidade e a austeridade apregoadas por um governo que age dessa forma e paga assim os serviços prestados numa eleição. Não sabe o governo que o Estado não pode contratar pessoas com essa idade e que nem deve sustentar servidores honorários e sem função?

Incrível ainda a audácia do nosso Governador. Pretende até ter soluções para a crise nacional como se a sua passagem até agora não fosse suficiente para mostrar que só afundou o Poder Público e o condenou ao pior dos imobilismos."

REQUER ainda que, uma vez aprovado este requerimento, dele seja notificado o mencionado jornalista.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2746

SÚMULA: Requer saneamento na cidade de Maringá, prevenindo contra endemias.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam expedidos FAX às autoridades abaixo discriminadas, do inteiro teor deste requerimento, em que se solicita providências no sentido de sanear a Cidade de Maringá, prevenindo contra endemias que poderão aparecer, provocadas por focos existentes na referida cidade, conforme passa a expor:

a) Ao Ministro da Saúde, Doutor Alceni Guerra, em Brasília;

b) Ao Presidente Regional da Fundação

Nacional de Saúde no Paraná, Doutor Mário Barbosa Tourinho, em Curitiba;

c) Ao Secretário de Estado da Saúde, Doutor Nizan Pereira de Almeida, em Curitiba;

d) Ao Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente, Prof. José Tadeu Bento França, em Curitiba;

e) Ao Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Ricardo Barros.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Maringá, Cidade Canção e Cidade-Verde, vive um período de grande explosão demográfica. E o vertiginoso aumento populacional tem trazido grandes preocupações à sua comunidade, principalmente quanto à saúde e ao bem-estar.

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos..." é o que diz a Constituição Federal vigente, em seu art. 196.

Diz ainda mais a Carta Magna da Nação:

" Art. 200 - Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos de lei:

.....
II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

.....
VII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho".

Em Maringá, falta saneamento básico.

O sistema de rede de esgotos, efetuado pela SANEPAR, em Maringá, atinge atualmente apenas 40% da área urbana, faltando esgoto em 60% da Cidade. E a explosão demográfica tende a aumentar sempre mais esse percentual, com relação à ausência de saneamento básico.

Atualmente, também, apesar de um período de longa estiagem, Maringá é a terra preferida de pernilongos e de outros insetos nocivos à saúde.

A poluição do ar, oriunda de detritos da lagoa de tratamento de esgotos da SANEPAR, localizada em perímetro urbano da Cidade, e dos escoadouros das lagoas frigoríficas, têm sido motivo constante de reclamação da população maringaense, principalmente daqueles que moram na periferia, onde se localizam esses focos de poluição ambiental.

Temos notícias constantes de endemias existentes na região, como a dengue, a febre tifóide. A cólera, que vem ameaçando a população brasileira, encontrará um meio propício para se alastrar em Maringá.

Se não houver um trabalho preventivo

do Sistema Unificado de Saúde em Maringá, com a colaboração eficaz da Secretaria Especial do Meio Ambiente, a população de Maringá terá, no futuro, graves problemas com a saúde.

A Dengue já ameaçou bastante a Cidade de Londrina.

De Londrina para Maringá, o alastramento endêmico é uma questão de tempo. Isto sem discutir o problema do tifo e a ameaça da cólera.

Há, em Maringá, alguns focos principais que poderão alastrar essas doenças. Citamos aqui alguns deles:

1) a lagoa de tratamento de esgoto da SANEPAR;

2) o lago do Parque Ingá;

3) os escoadouros de detritos das lagoas frigoríficas.

Nosso intuito, através deste Requerimento, é sensibilizar as autoridades responsáveis pela saúde e pelo meio ambiente, para que envidem esforços no sentido de realizar uma ação conjunta para evitar males maiores no futuro, com relação à saúde do povo maringaense.

A mudança de alguns focos de prováveis endemias para locais distantes do perímetro urbano seria importante para a população maringaense, principalmente daqueles que mais poluem a Cidade.

REQUERIMENTO N° 2739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Mesa da Câmara Federal, sugerindo a elaboração do Projeto de Lei visando inserir nas embalagens de remédios (caixas, frascos e outros invólucros) de fabricação nacional as indicações e contra-indicações descritas na bula.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente as indicações e contra-indicações dos medicamentos são descritas na bula, que às vezes é extraviada, fato que impede o uso correto do medicamento, colocando em risco a saúde do paciente, ou a perda do medicamento, gerando prejuízo econômico.

REQUERIMENTO N° 2748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente oficial ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, parabenizando e apoiando o Projeto Alternativo do PMDB e do Governo do Paraná ao "EMENDÃO", intitulado como "HÁ UM OUTRO CAMINHO".

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O País atravessa sua pior crise econômica. Existe um consenso que o "EMENDÃO", proposto pelo Governo Federal contribui em muito para que esta crise recrudesça.

As negociações entre Governo e Congresso se arrastam por meses, e o País a cada dia assiste o crescimento da recessão e do desemprego.

A solução apresentada pelo Projeto Alternativo do PMDB e Governo do Paraná, defendem uma Reforma do Sistema Financeiro Público e Privado, que financiariam programas estratégicos e de apoio a atividades privadas, aumentando a produção, salários e consumo de bens duráveis.

Valoriza os investimentos em setores estratégicos como agropecuária, transportes, saúde, educação e habitação.

Apresenta solução para a negociação da dívida externa, enfim apresenta uma solução para que o Governo e Congresso cheguem a um acordo que tire a Nação deste inércia de governabilidade que "PAROU" o País, mergulhando em uma crise avassaladora.

REQUERIMENTO N° 2749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor César Eugênio Gasparim, Diretor Regional do INSS no Paraná, solicitando seus esforços no sentido de que encaminhe a Direção Geral do INSS em Brasília-DF, com a urgência necessária, estudos no sentido de que seja instalado no Município de Arapongas 1 Posto de Benefícios que possibilite o atendimento integral na área urbana.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

JUSTIFICATIVA:

Embora no Município e Cidade de Arapongas exista unidade de INSS, por carência de Recursos Humanos não há atendimento na área urbana.

Ocorre que Arapongas constitui-se hoje no maior parque moveleiro do Paraná e um dos maiores do Brasil.

Sua industrialização se acentuou de tal forma que conta hoje com mais de três centenas de empresas, fato que lhe deu o 11° lugar no "ranking" dos municípios arrecadadores do Estado do Paraná.

Para o próximo ano de 1992, mais 100 indústrias projetam implantar-se na sua Cidade Industrial e para tanto a Prefeitura Municipal projetou a construção de 3.000 unidades residenciais para abrigar a massa obreira que ali se fixará, sendo que dessas 800 serão entregues até o fim deste ano.

Em contraste com esses fatos, o INSS

não deu ainda as condições necessárias para que se dê atendimento integral dos benefícios previdenciários através de um Posto para tal fim.

A solução disso é o que se pleiteia agora, oficialmente.

REQUERIMENTO N° 2756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. RENAN ANTUNES, Diretor-Editor do Jornal do Estado, conforme matéria em anexo.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A propósito da matéria publicada na edição da última quinta-feira, dia 17 de outubro, com o título "Parlamento Improdutivo", aproveito a oportunidade para fazer as seguintes considerações:

- Sou Deputado Estadual eleito pelo PRN e estou exercendo meu segundo mandato parlamentar, após ter obtido, a exemplo da eleição anterior, o maior número de votos no Paraná. Como ocupante do cargo e no exercício pleno das prerrogativas constitucionais, faço da minha representatividade popular um instrumento legítimo para promoção humana e a melhoria da qualidade de vida dos segmentos menos favorecidos da sociedade paranaense.

- O Programa Social desenvolvido no gabinete sob minha responsabilidade, afigura-se como mais evidente e representativo resultado prático que, pela sua abrangência comunitária, extrapola o muito simples ato de legislar. À luz da minha modesta experiência legislativa e da sensibilidade enquanto ser humano, não concebo o parlamento de outra forma senão como o grande fórum de debates ao qual a população acorre para encaminhar suas reivindicações e suprir suas necessidades emergenciais. Depreende-se daí a minha opção por trabalho nas áreas Social e de Segurança Pública.

- Não entendo que atividade legislativa deva se restringir à apresentação de projetos de leis e a discursos nas sessões plenárias, embora reconheça a importância de ambas as manifestações. Há que se registrar também o trabalho desenvolvido pelas Comissões Técnicas Permanentes da Casa, sendo que uma delas - a de Segurança Pública - é por mim presidida.

- É nas Comissões que verdadeiramente se estabelece entre os parlamentares o aprofundamento do debate em torno de questões que merecem todo o empenho do Poder Legislativo na busca de soluções para os mais diversos problemas. Todas as matérias submetidas à apreciação do Plenário passam

por uma análise prévia das Comissões que, aliás, têm atuado como guardiãs da Constituição e dos interesses do Paraná, sempre através das análises das proposições, ou escutando e debatendo com setores organizados da sociedade.

- Nessa linha de raciocínio, considero tratar-se de um julgamento parcial, quando não equivocado, avaliar a qualidade legislativa de um Deputado pelos números de projetos ou requerimentos que venha apresentar ao longo de seu mandato. Seria subestimar a própria capacidade de discernimento do cidadão - e no caso leitor - mensurar o valor e a função social do legislativo pela quantidade de "dispositivos legais" produzidos pelos seus representantes.

- À guisa de esclarecimentos e a bem da verdade, informo que estou em vias de concluir, com o apoio da assessoria parlamentar, dois projetos os quais acredito são de uma grande importância social para o Paraná: o primeiro autoriza o Executivo a criar a Penitenciária do Campo no Estado, de tal forma que os detentos, durante o período de readaptação, sejam produtivos para a sociedade. Já a segunda proposição, procura doar às Delegacias de Polícia do Estado de Psicólogas, Assistentes Sociais e Advogados. Estes últimos, para prestar assistência jurídica gratuita às famílias vítimas da violência.

- Dentro do Programa Social desenvolvido pelo meu gabinete, neste ano de 1991, foram entregues 142 cadeiras de rodas e 17 pernas mecânicas para pessoas portadoras de deficiência física, além de serem providenciados cerca de 370 internamentos hospitalares para indivíduos carentes, não bastasse os 700 ofícios expedidos e encaminhados às autoridades estaduais e federais, solicitando providências para solução de problemas na área social.

- A título de sugestão a este veículo de comunicação - a exemplo do que já faz a "Folha de Londrina" - seria oportuno que um dos seus repórteres políticos visitasse os Gabinetes do Poder Legislativo. Eis aí uma excelente oportunidade para conhecer o trabalho de um Deputado Estadual eleito para legislar em favor dos setores marginalizados e excluídos do processo produtivo, econômico e social do sistema.

REQUERIMENTO N° 2761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, para solicitar informações sobre o objetivo da viagem do Diretor Administrativo do BANESTADO para Nova Iorque, Dr. Francisco Moli-

nari Gonçalves, em julho de 1991, bem como a duração da mesma e despesas havidas com essa viagem sob a responsabilidade do referido Banco.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Em época de contenções e crise, não se admite que o erário público seja gasto com viagens dispensáveis. Cabe ao Poder Legislativo exercer sua função de vigilante sempre atento para que o dinheiro do povo seja melhor empregado, melhor distribuído; sem gastos supérfluos. É nosso dever como Deputados Estaduais.

REQUERIMENTO N° 2762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, para que informe a este Poder sobre licitações e concorrências promovidas pelo BANESTADO, a partir do dia 26 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões em 17.10.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Dezenas de licitações e concorrências foram realizadas pelo BANESTADO a partir do dia 26 de agosto, data a partir da qual o Regulamento Interno de Licitações para Contratação de Obras e Serviços do referido Conglomerado passou a ser transgredido, tendo em vista a não observância do Art. 20 que reza que a Comissão de Licitações deve ser constituída por um (01) presidente e dois (02) membros e mais três (03) membros suplentes, todos empregados do Quadro de Carreira do Banestado, o que não ocorre, uma vez que Euclides Bueno Cavaleiro Filho é apenas funcionário contratado e não concursado, não é funcionário de carreira como exige o Regulamento.

REQUERIMENTO N° 2763

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário apoio às reivindicações do Movimento S.O.S. Vida, ao mesmo tempo em que REQUEREM envio do documento anexo ao Presidente da República, ao Presidente do INCRA, ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Economia e à Ministra da Ação Social.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Paulo Maia, Orlando Pessuti, Costenaro Neto, Rossoni, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Cesar Silvestri e Heinz Herwig.

S.O.S VIDA

TERRA

MORADIA

CRÉDITO

FRENTES DE TRABALHO

SAÚDE

PAUTA DE

REIVINDICAÇÕES

Curitiba, 11 a 18 de outubro de 1991.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO DE MORADIA DO PARANÁ

1. Criação do Fundo Nacional pela Moradia Popular.
2. Definição de uma Lei de Desenvolvimento Urbano.
3. Definição de 5% (cinco por cento) do Orçamento Público para Moradia popular.
4. Imediata regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.
5. Medidas urgentes contra a violência urbana.

Realidade Habitacional

No Estado do Paraná 65 mil famílias não têm onde morar e não podem pagar aluguel.

Essas 65 mil famílias representam 260 mil pessoas que moram em barracos, em baixo de pontes, viadutos ou nas calçadas.

Somando-se as famílias que pagam aluguel ou moram em casas emprestadas, o número de sem-casas aumenta para 560 mil famílias ou 2 (dois) milhões e 240 mil pessoas.

Esses números que retratam o problema da moradia no Paraná, se referem apenas às famílias cuja renda mensal é de no máximo 5 (cinco) salários mínimos. Se considerarmos famílias com renda maior, o número aumenta mais. Estas famílias entretanto acabam se virando, alugando uma casinha pequena ou comprando lote a prestação e construindo sua casa nos finais de semana.

O triste nisto tudo é que todas essas famílias são formadas por trabalhadores. Infelizmente, o trabalho não é valorizado em nosso país. No Estado do Paraná, 70% do total da população ocupada tem renda mensal de no máximo 5 salários mínimos.

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO ESTADO DO PARANÁ

Os trabalhadores Rurais CENTRO, SUL, SUDOESTE, OESTE, NORTE, NOROESTE do Paraná, através do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT-PR, diante da situação que os Pequenos Produtores estão passando e o não cumprimento das promessas feitas pelo governo tanto Estadual como Nacional, vem através deste cobrar desta autoridade as reivindicações dos Pequenos Proprietários que foram entregues em abril, que até hoje não foram atendidos e ao mesmo tempo reafirmam essas reivindicações.

Curitiba, quinta, em 17.10.91

É bom destacar que o Paraná possui hoje 416.636 estabelecimentos com menos de 50 HA, isto é, 89,1% das propriedades a nível de Estado. Estes estabelecimentos são responsáveis por: 61% da produção de arroz; 78,7% do feijão; 34,8% da soja; 39,3 do trigo e 90,8% do fumo. Com isso provamos na prática a importância da Pequena Propriedade na questão da produção tanto a nível de estado como a nível nacional. É baseado nesta realidade que estamos reafirmando nossas reivindicações que seguem:

PARA O GOVERNO ESTADUAL:

- 1 - Crédito Rural do BANESTADO para investimentos: 05 anos de prazo com 02 anos de Carência para compra de implementos, animais, etc.;
- 2 - Que o governo forneça sementes em base de troca-troca, para serem pagas dentro do critério de 3 por 1;
- 3 - Que o governo através da Secretaria da Agricultura forneça calcário subsidiado com pagamento em base de troca, com 05 anos de prazo e 01 ano de carência.

PARA O BANCO DO BRASIL:

- 1 - Que o Banco dê prioridade aos mini e pequenos produtores dos recursos disponíveis para custeio e investimento agrícola;
- 2 - Isenção da Correção Monetária para todos os contratos de custeios e investimentos contraídos até 30 de novembro de 1990. E devolução da cobrança ilegal da Correção Monetária de fevereiro de 1991 até o vencimento do contrato, conforme decisão do Superior Tribunal Federal, que suspendeu a eficácia do Art. 21 da Lei nº 8.177 de 01 de março de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 1991;
- 3 - Liberação dos recursos do PROCERA no valor de Cr\$.....

PARA O BANCO CENTRAL DO BRASIL:

- 1 - Liberação dos Proagros pendentes a nível de estado para os mini e pequenos produtores;
- 2 - Revogação da nova norma do PROAGRO. PROAGRO com alíquota máxima de 3% e com cobertura dos custos da produção e que garanta uma renda mínima aos mini e pequenos agricultores até a próxima safra. Plano técnico por conta da assistência técnica do Estado.

MOVIMENTO DOS BÓIAS-FRIAS

PROJETO BOIAS-FRIAS: FRENTES DE TRABALHO

1 - CARACTERES: ENTRESAFRA

Período: outubro-janeiro/92.

Localidades: 24 municípios (região Norte e Noroeste-Pr)

Nº de recurso humano a ser alocado:
23.400 empregados

Montante de recursos financeiros: Cr\$

.....

Entidades/Órgãos envolvidos: Sindicatos e associações de trabalhadores - COPEL, SANEPAR, SUCEAM, DER, FAMEPAR, ITCF.

2 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIO:

a - Que esteja desempregado (sem vínculo empregatício);

b - Seja membro de unidade familiar com maior número de filhos menores;

c - Que o número de desempregados na família seja mínimo de 2/3;

d - Que seja maior de 16 anos (homens e mulheres). Os menores só em caso de proventores (arrimo familiar);

e - Que participe das frentes de trabalho no máximo 03 pessoas por família.

3 - PAPEL DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS:

3.1 - Dos órgãos públicos:

a - mapear áreas (localidades) e tipos de trabalho a ser executado, segundo os próprios programas;

b - levantamento do número de mão-de-obra, duração e custo do programa;

c - contatar as organizações dos trabalhadores (sindicatos, associações, comissões de base) próxima a área do programa, informando da necessidade de mão-de-obra e negociando o preço do trabalho (diária);

d - firmar contrato individual ou coletivo de trabalho com os próprios trabalhadores temporários;

e - coordenação dos programas de trabalho;

f - execução do pagamento nos finais de semana;

g - fornecer transporte até o local de trabalho, assim como outros instrumentos de trabalho.

3.2 - Das organizações dos Trabalhadores:

a - cadastro e seleção de mão-de-obra temporária;

b - fiscalização no que diz respeito ao direito dos trabalhadores.

4 - ENTIDADES DOS TRABALHADORES:

4.1 - Norte:

a - Londrina:

Associação dos Moradores Vamos dar as mãos de Paiquerê. Pres. Tereza Maria Costa.

b - Bela Vista do Paraíso:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Pres. Arnaldo N. de Jesus.

c - Florianópolis:

Paróquia S. Sebastião (Comissão de Bóias-frias). Coord. Luis Carlos Rocha.

d - Marilândia do Sul:

Assoc. dos Moradores Mauá da Serra. Coord. Dules Maria da Rocha.

e - Santa Fé:

Paróquia (Comissão dos Bóias-frias)

f - Colorado:

Paróquia (Comissão dos Bóias-frias)

g - Cambé:

Assoc. dos Moradores de ... Tupi. Pres. Maria de Lima.

h - Bom Sucesso:

Paróquia (Comissão dos Bóias-frias)

i - Faxinal:

Assoc. dos Moradores. Resp. Pedro Silva.

j - Lunardelli:

Sindicato dos Assalariados Rurais. Pres. João Alves.

l - São João do Ivaí:

Sindicato dos Assalariados Rurais de Lunardelli - Pres. João Alves

m - São Pedro do Ivaí:

Sindicato dos Assalariados Rurais de Lunardelli. Pres. João Alves.

n - Jardim Alegre:

Sindicato dos Assalariados Rurais de Lunardelli. Pres. João Alves.

o - Barra do Jacaré:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Pres. Aparecida Silveira da Silva

p - Andaraí:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra do Jacaré. Pres. Aparecida Silveira da Silva.

q - Ibiporã:

Associação dos Moradores (Comissão de Bóias-frias). Resp. Amario da Silva

4.2 - NOROESTE:

r - Campo Mourão:

Associação de Serviço e Obras de Campo Mourão - ASOCAM - Resp. Miguel

s - Umuarama:

Associação de Moradores de Vila Alta. Pres. Francisco Vitório.

t - Itacaramba:

Sind. dos Trabalhadores Rurais. Pres. Carlos A. Gabriatte

u - Douradina:

Sind. dos Trabalhadores Rurais. Pres. José Pereira Gonçalves

v - Perola:

Sind. dos Trabalhadores Rurais. Pres. Valentin dos Santos

x - Guaíra:

Sind. dos Trabalhadores Rurais. Pres. Paulo Itmar Mastangelle

z - Cianorte:

Associação dos Moradores São Vicente de Paula. Pres. Jean Prudente Reis.

aa - Tuneiras do Oeste:

Paróquia N. Senhora das Graças (Comissão dos Bóias-frias).

Londrina, 01 de outubro de 1991.
 Coordenação de Mov. dos Bóias-frias - PR
 (a) Arnaldo Nascimento de Jesus

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO PARANÁ

1 - TERRA

I - Desapropriação imediata das áreas ocupadas no Paraná

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	FAMÍLIAS
01 - FAZ. ARACAI	CANTAGALO	601	25
02 - FAZ. JACUTINGA	CANTAGALO	1110	74
03 - FAZ. BOESA	CANTAGALO	2500	123
04 - FAZ. RINCÃO DO BICHO II, III e IV	CANTAGALO	888	
05 - FAZ. VAGNER	CANTAGALO	6000	300
06 - FAZ. VERDUN	LINDOESTE	308	25
07 - FAZ. LAGOA	MANGEIRINHA	5700	270
08 - FAZ. ELETROSUL	MANGEIRINHA	2500	
09 - FAZ. TRÊS IRMÃS	QUEDAS DO IGUAÇU	380	40
10 - FAZ. BOA ESPERANÇA	QUEDAS DO IGUAÇU	800	40
11 - FAZ. PAU D'ALHO	RIBEIRÃO DO PINHAL	336	80
12 - FAZ. ITAPEMIRIM	RIBEIRÃO DO PINHAL	350	40
13 - FAZ. SANTA LAURA	IBAITI	3360	230
14 - FAZ. MARÍLIA	IBAITI		
15 - FAZ. JABOTICABAL	IBAITI		
16 - FAZ. MATIDA	JUNDIAI DO SUL	2950	90
17 - FAZ. ETIENE	BITURUNA	1440	22

II - Regularização pelo INCRA para assentamento das áreas sob domínio da União que se encontram ocupadas.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	FAMÍLIAS
01 - FAZ. FORMIGA	IBEMA	1106	
02 - FAZ. BADOTTI	IBEMA	834	162
03 - FAZ. SÃO ROQUE	QUEDAS DO IGUAÇU	642	45
04 - FAZ. TRÊS LAGOAS	CASTRO	1320	
05 - FAZ. CAMPO DE EXPERIÊNCIA	JACAREZINHO	177	20

III - Assentamento imediato das famílias acampadas.

- 01 - MAUÁ: à beira da BR
- 02 - CHOPINZINHO
- 03 - EXCEDENTES DA FAZENDA SANTANA CAMPO BONITO

IV - Solução para Fazenda Anonni em Marmeleiro

EMIÇÃO DE POSSE PARA AS ÁREAS JÁ DESAPROPRIADAS

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	FAMÍLIAS	DATA/DESAP
01 - QUINHÃO 9/ESTRELA	ORTIGUEIRA	469	25	29.04.88
02 - JACUTINGA	MANGUEIRINHA			
03 - FAZ. PONTAL DO TIGRE	Q. DO NORTE	10596	300	04.03.88
04 - RIO CAN-CAN	RONCADOR	716	72	22.05.89
05 - RINÇÃO DO BICHO	CANTAGALO	176	13	27.09.89
06 - PAPAGAIOS	INÁCIO MARTINS	2596	145	
07 - BOM RETIRO	INÁCIO MARTINS	254		15.12.89
08 - BOM RETIRO	PALMAS	1730	68	
09 - RECANTO ESTRELA	L. DO SUL	1011	47	
10 - SANTA ROSA	MANGUEIRINHA	516		
11 - SÃO PEDRO	GUARAPUAVA	912	48	
12 - SÃO JOAQUIM	T. SOARES	2835	106	
13 - TUNAS E TUNINHAS	CANTAGALO	263	10	
14 - FAXINAL DOS SILVÉRIOS	PINHÃO	1212	33	
15 - FAXINAL DOS RIBEIROS	PINHÃO	872	27	
16 - CACUMBANGUE	PALMAS	205		
17 - PINHO FLECK	MANGUEIRINHA	580	34	
18 - ÁGUA QUENTE	PALMITAL	484	20	
19 - VOLTA GRANDE	ORTIGUEIRA	416		
20 - ÁGUA FRIA	CANTAGALO	368	16	
21 - RETIRO	TIBAGI	354		
22 - SERRA DA IGREJA	MORRETES	855	31	
23 - FAZ. PINK	PITANGA	1892	48	
24 - PASSO FUNDO/IGUAÇU	PALMAS	298	09	
25 - CHOPIM/BADEP	MANGUEIRINHA	439	32	
26 - SÃO JOSÉ DO INHO-O	S.J. DA SERRA	1797	150	
27 - JACUTINGA	MANGUEIRINHA	197		
28 - RIBEIRÃO BONITO	CARLÓPOLIS	146	12	
29 - FAZ. PIQUIRI	CANTAGALO	202	10	

VI - DESTINAÇÃO DE CR\$ 6,8 BILHÕES PARA O PROCERA.

REIVINDICAÇÕES PARA O GOVERNO ESTADUAL

1- Repasse de semente para áreas ocupadas

80 Kg de semente de milho por família
 30 Kg de semente de feijão por família
 20 Kg de semente de arroz por família
 300 sacos de semente de algodão para a área Querência do Norte.

2 - Inclusão dos assentamentos nos programas.

- Paraná Rural.
 - Panela Cheia.
 - Bom Emprego.
 - Destinação de 20% dos royalties para investimento nos assentamentos.

3 - Combate efetivo a violência no campo.

4 - Pressão ao Governo Federal para execução da Reforma Agrária no Pr.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO PR, RS e SC

CRÉDITO RURAL

a) Crédito de um bilhão de dólares (500 bilhões de cruzeiros, em 19.09.91) para estimular e apoiar os investimentos

produtivos nas unidades de produção sob o regime de economia familiar com menos de 50 hectares, visando a melhoria das condições técnicas, para armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuados pelos agricultores ou por suas associações de caráter econômico.

b) Crédito de custeio que possibilite o oportuno e adequado custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários para um milhão de pequenas propriedades nos três Estados do Sul do País, no valor de 500 milhões de dólares (250 milhões de cruzeiros em 19.09.91).

CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO E ENCARGOS DO CRÉDITO RURAL:

a) Os financiamentos do crédito rural para investimentos terão 50% de subsídios, no ato da contratação e os 50% restantes serão transformados em produto ao preço de mercado do dia. O prazo será de 08 anos com 03 anos de carência, com exceção do calcário, cujo prazo será de 05 anos, com 02 anos de carência;

b) Os financiamentos de crédito rural

de custeio terão subsídio de 50% no ato da contratação e os 50% restantes serão transformados em produto ao preço de mercado do dia. O prazo de pagamento será de 90 dias após a colheita. No momento da amortização da dívida os produtores optarão por fazê-lo em equivalente preço/produto ou em dinheiro ao preço de mercado do dia.

CRÉDITO RURAL PARA OS ASSENTAMENTOS:

Liberação de recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) para investimentos e custeios dos assentamentos nos seguintes valores:

- a) Paraná: 6,8 bilhões de cruzeiros;
- b) Rio Grande do Sul: 3,125 bilhões de cruzeiros;
- c) Santa Catarina: 2,9 bilhões de cruzeiros.

TERRA:

- a) Implementação do processo de Reforma Agrária;
- b) Desapropriação imediata de 13 áreas no Estado do Paraná em favor das famílias ocupantes; de 50 mil hectares no Estado do Rio Grande do Sul; de 10 mil hectares no Estado de Santa Catarina; arrecadação de 5 áreas pertencentes à União em favor das famílias ocupantes no Paraná;
- c) Emissão de posse em todas as áreas desapropriadas nos três Estados do Sul;
- d) Liberação de todos os presos políticos, cuja motivação foi a luta pela terra;
- e) Fim da violência no campo.

MORADIA

- a) Criação do Fundo Nacional pela Moradia Popular;
- b) Definição de uma Lei de Desenvolvimento Urbano;
- c) Destinação de 5% (cinco por cento) do Orçamento Público para moradia popular;
- d) Imediata regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal;
- e) Medidas urgentes contra a violência urbana.

REQUERIMENTO N° 2764

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente do INCRA e ao Ministério da Agricultura solicitando a sustação da construção de estradas previstas para os estados do Pará, Mato Grosso, Bahia e Maranhão, num valor de 40 bilhões de cruzeiros, através de um processo de licitação que o próprio INCRA reconheceu ser "viciado" e que estes recursos sejam destinados aos estados e municípios para serem utilizados na infra-estrutura

Curitiba, quinta, em 17.10.91

dos assentamentos de trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) ERNANI PUDELL

PAULO MAIA

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 2747

SÚMULA: De Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná sobre o conflito de números entre o Relatório de Multas de Trânsito da Polícia Militar e o Relatório de Multas de Trânsito do DETRAN.

Com a escandalosa e expressiva diferença de 140 mil 239 notificações, somente nos dados referentes a cidade de Curitiba.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, pede ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, no uso de suas atribuições constitucionais e no interesse público, mande responder, por quem de direito ao seguinte pedido de informações:

1. Porque existe, no relatório do DETRAN e no Relatório da Polícia Militar uma diferença de 140.239 notificações e autos de infração, conforme os dois documentos anexos?
2. Solicito a discriminação das multas canceladas e recorridas, para Curitiba e para o Paraná, bem como os verdadeiros totais.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O Governador do Paraná está alertando a sociedade brasileira com a propagação de sua prática de poder inclemente com a corrupção.

Se dispusesse destes dados que nos foram encaminhados pelo nobre vice-líder do PMDB na Assembleia, Deputado José Tavares, em confrontação com os dados do relatório da PM, certamente teria desmantelado este "búrico ladrão" que parece haver no DETRAN do Paraná.

E teria mais assunto para a CPI da corrupção no Senado Federal.

Enquanto o relatório da Polícia Militar, só para Curitiba, fala em 344.757 multas e autos de infração em 1990;

O Relatório do DETRAN, encaminhado à Assembleia, acusa somente 204.518 multas, na página 4, e 181.430 multas e autos de infração na página 12.

Deixando pela diferença menor, notamos uma discrepância de 140.239 notificações, e pela diferença maior, uma discrepância de 163.327 multas e notificações.

Arbitrando-se um valor médio para cada notificação de CR\$ 8.200,00, chegaríamos ao assustador valor de CR\$ 1 bilhão, 326 milhões de recursos desviados dos cofres

públicos, entre a atividade de multar e o recolhimento aos cofres públicos da Fazenda Estadual.

Isto é estarrecedor, porque é só em Curitiba. No Paraná é muito mais.

Este dinheiro representa mais do que o dobro do investimento necessário para a compra de 100 semáforos e de toda a sinalização da cidade de Curitiba num ano.

Isto pede ação imediata saneadora e de bem comum, numa cidade onde o DETRAN constrói uma sede de CR\$ 150 milhões, sobre cifras assustadoras de morte e desolação. A saber:

Um morto cada 48 horas, um morto para cada 192 veículos por ano, um atropelamento cada 4 horas, duas crianças atropeladas a cada dia, um acidente a cada 45 minutos, um ferido para cada 96 veículos, num total de 750 mortos num ano.

REQUERIMENTO N° 2752

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 431/91, ao final subscrito, REQUER na forma prevista pelo artigo 38, inciso XIII, combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Senhor Doutor Nassib Jabur, Presidente da SERLOPAR, para que o mesmo informe sobre quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87); Decretos 2839/88 e 7021/90) durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data da entrega dos recursos, seus valores, nome dos benefícios e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

MÁRIO BEZERRA

(O Projeto de Lei Complementar n° 431/91, encontra-se publicado no DA. n° 121, de 24.09.91).

REQUERIMENTO N° 2753

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 431/91, ao final subscrito, REQUER na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Senhor Doutor Djalma de Almeida César, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando informe sobre quais as entidades do setor público e privado que receberam recur-

sos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87); Decretos 2839/88 e 7021/90) durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data da entrega dos recursos, seus valores, nome dos benefícios e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

MÁRIO BEZERRA

(O Projeto de Lei Complementar n° 431/91, encontra-se publicado no DA. n° 121, de 24.09.91).

REQUERIMENTO N° 2755

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 431/91, ao final subscrito, REQUER na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Senhor Doutor Edson Gradia, Secretário Especial do Esporte e Turismo, para que o mesmo informe sobre quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87); Decretos 2839/88 e 7021/90) durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data da entrega dos recursos, seus valores, nome dos benefícios e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

MÁRIO BEZERRA

(O Projeto de Lei Complementar n° 431/91, encontra-se publicado no DA. n° 121, de 24.09.91).

REQUERIMENTO N° 2754

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 431/91, ao final subscrito, REQUER na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a Senhora Doutora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Cultura, para que a mesma informe sobre quais as entidades do setor público e privado que receberam recursos para serem aplicados em projetos ou programas de caráter social, esportivo e cultural (Lei 8521, de 06.07.87); Decretos 2839/88 e

7021/90) durante os exercícios de 1989, 1990 e o período deste exercício corrente até o mês de setembro próximo passado, especificando a data da entrega dos recursos, seus valores, nome dos benefícios e quais os municípios onde se localizam.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

MÁRIO BEZERRA

(O Projeto de Lei Complementar nº 431/91, encontra-se publicado no DA. nº 121, de 24.09.91).

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, autorizada a atribuir aos servidores ocupantes de cargos de nível universitário do Poder Legislativo, inclusive aos inativos e aos regidos pelo Regime de Consolidação nas Leis do Trabalho (CLT), a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º - Fica a Comissão Executiva também autorizada a implantar benefícios constantes do Art. 1º, somente aos servidores que estejam realmente exercendo suas funções.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, correndo seus efeitos pela dotação orçamentária deste Poder, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, João Arruda, Ademar Traiano, Nilton César, Nelson Garcia, Duílio Genaro, Arlindo Troian, Toti Colaço, Renato Adur, Rossoni, Cleiton Kielse, Eurides Moura, Orlando Pessuti, Severino Félix, Ovídio Constantino, Erondy Silvério, Cesar Silvestri, José Alves, Ernani Pudell, Durval Amaral, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Justus, Paulo Maia, João Preis, Mário Bezerra, Domingos Carvalho, Heinz Herwig e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A medida da proposta reveste-se da maior importância, não somente pelo alcance social mas especialmente porque é uma gritante injustiça, uma discriminação inaceitável. A Assembléia Legislativa votou, aprovou várias leis concedendo a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) aos funcionários de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, inclusive aos da Procuradoria Geral do Estado.

Tramita nesta Casa a Mensagem nº 100/91, de 16.10.91, do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, que concede os mesmos benefícios de gratificação de responsabilidade técnica e 40% (quarenta por cento), ao pessoal das autarquias de ensino superior do Estado do Paraná.

Desde 1989, por força de leis aprovadas pela Assembléia, xerox anexo, funcionários de outros poderes estão recebendo a gratificação que agora pleiteamos também para os servidores do Poder Legislativo, que inexplicavelmente não foram contemplados.

É evidente a incoerência dessa situação, que por ser discriminatória e, portanto, injusta. Este é o momento para que se faça justiça, pois é lógico que o servidor do Legislativo tem e assume a mesma responsabilidade profissional dos seus colegas de outros Poderes, tornando-se por isso merecedores de idêntico tratamento. É preciso, por justiça e coerência por parte do Poder Legislativo, que também os servidores da Assembléia Legislativa sejam contemplados.

Com a mesma veemência que defendemos os servidores de outros Poderes, façamos a defesa dos colaboradores do Legislativo. A lei é feita para o homem, o homem é a própria razão da existência da lei, esta não se sobrepõe ao ser humano, fere-se a lei quando não a aplicamos no interesse da justiça social. A defasagem social é gritante, deixar de corrigi-la é permitir a continuidade da injustiça social.

É dever de todos nós defendermos a correção ora proposta.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 477/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É facultado a toda pessoa residente do Estado do Paraná, quando da expedição de sua Carteira de Identidade ou Habilitação, autorizar a doação de seus órgãos para fins de transplante, após a constatação da sua morte cerebral, diagnosticada e documentada por equipe médica de neurologistas conforme os parâmetros vigentes na época estabelecidos pelo Conselho Regional de Medicina.

Art. 2º - A autoridade competente fará constar, expressamente, nas carteiras de Identidade e Habilitação, o seguinte texto:

"AUTORIZO A DOAÇÃO DE
MEUS ÓRGÃOS PARA FINS DE TRANSPLANTE;

§ 1º - O portador deverá apor sua assinatura logo abaixo dos dizeres a que se

refere o "caput" deste artigo independentemente da assinatura de qualquer outro campo do documento ou formulário.

§ 2º - O civilmente menor de idade, poderá autorizar a doação, desde que representado ou assistido por quem de direito, no ato da expedição do documento, devendo o representante firmar na declaração que ficará arquivada junto ao Órgão expedidor do documento. Alcançada a maioria da documentação deverá ser retirada pelo portador do documento.

§ 3º - É livre a manifestação de vontade para a doação de órgãos, devendo o servidor do órgão expedidor do documento somente cientificar o interessado da possibilidade de autorizar a doação naquela oportunidade.

§ 4º - Enquanto não forem criados modelos próprios de Carteiras de Identidade ou Habilitação com os dizeres a que se refere o caput do Art. 2º desta Lei, deverá a autoridade responsável pela emissão dos documentos adotar carimbo identificando o portador como doador, devendo colher a autorização em formulário próprio que ficará arquivado junto ao órgão expedidor. Aos já portadores dos referidos documentos, deverá ser adotado o mesmo procedimento, sem qualquer ônus na substituição.

Art. 4º - As autoridades responsáveis pela expedição das carteiras de Identidade e Habilitação, darão ciência à Secretaria de Estado da Saúde, através de relatório quinzenal, onde constarão os dados disponíveis sobre o eventual doador, para fins de formação de um banco de doadores.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

É grande em nosso País a carência de doadores, sujeitando os necessitados a esperas prolongadas e a tratamentos dolorosos e cansativos, como é o caso dos portadores de moléstias renais que têm que se submeter a sessões semanais de hemodiálise.

Por outro lado, temos a convicção de que o nosso povo é demasiado solidário nas questões que afligem a saúde de seus irmãos, faltando a nosso ver, somente condições claras, precisas e acessíveis para que o problema seja amenizado.

Assim, nada melhor que a condição de doador venha consignada nos documentos pessoais dos cidadãos, facilitando e tornando acessível a toda a população a doação de seus órgãos, após a morte, para fins de transplante.

Cremos, nobres Pares, que com este projeto de lei, estaremos dando grande colaboração na solução de tão grande proble-

ma, razão pela qual solicitamos o apoio na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Na Sessão de hoje não há Pequeno e nem Grande Expediente. É uma Sessão Especial, foi aprovado pelo Plenário da Casa. É Ordem do Dia e, depois, é o evento especial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy, a Presidência informa que era na sessão de ontem. A Sessão de hoje é normal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell com a palavra então.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Senhores Deputados, Companheiros Trabalhadores.

Na manhã de hoje a representação parlamentar do Partido dos Trabalhadores foi vítima de uma afronta partida do Chefe do Executivo Estadual do Paraná. Após um ato de indelicadeza, também à tarde, quando, literalmente, expulsou representantes populares e Deputados Estaduais e Federais do seu gabinete, vai à televisão sugerindo aos Parlamentares do PT que deixem de intermediar as lutas dos movimentos populares e que voltem a pegar no cabo da enxada.

Em primeiro lugar quero dizer que o Partido dos Trabalhadores jamais pediu autorização a qualquer poderoso para existir. Nós construímos o nosso Partido e a nossa representação política à custa de luta, do sacrifício, do trabalho voluntário, e muitos até com sangue de trabalhadores. E fizemos isso porque sabemos e percebemos que é chegado o momento neste País da classe trabalhadora, que passou a vida inteira trabalhando para enriquecer uma pequena minoria, esta minoria que transformou este País no campeão mundial de concentração de rendas; é a partir daí, que os trabalhadores perceberam que deveriam se dedicar a uma nova empreitada, que é exatamente a atividade política e aonde se fazem as regras da distribuição dessa riqueza gerada pelos trabalhadores.

Mais do que isso, o Senhor Governador do Estado cospe no prato em que comeu. Ele fez a sua carreira e o seu nome político intermediando os movimentos populares em associações de moradores. Nós do Partido

dos Trabalhadores temos muito orgulho de representar aqueles que pegam no cabo da enxada e, embora minoritários, procuramos dar duro e corresponder com dignidade a confiança que nos depositaram. Nós, ao contrário de alguns, não tiramos a foice do "Baiano" para dar-lhe um emprego de fantasma no Palácio Iguaguê e é bom que se diga que problema do Estado do Paraná não está nos Deputados do PT pegarem na enxada não; está no Senhor Governador do Estado em começar a governar este Estado porque até aqui nós só ouvimos conversa, falácia e propaganda. E este Estado está indo à bancarrota!

Vejam os Senhores a questão da saúde hoje no Estado do Paraná. Nós estamos às vésperas de uma situação de calamidade pública no Estado do Paraná. Nós temos praticamente todos os hospitais Estaduais da rede pública paralisados: Hospital Adauto Botelho, da Polícia Militar, Hospital Geral do Portão, os hospitais de Londrina, o Hospital de Cascavel. Temos aqui notícias e alertas inclusive publicados na "Folha de Londrina" do Diretor da Santa Casa, avisando que a continuar esta política de saúde do Governador Roberto Requião, haverá mortes de pacientes por omissão de socorro por absoluta falta de capacidade de atendimento da população.

Os trabalhadores dos serviços de saúde do Estado do Paraná estão em greve há vários dias e esse governo sequer tem a responsabilidade de tentar negociar e obter um acordo com esta categoria que presta um serviço essencial a esta Nação, uma categoria que hoje reclama, Sr. Presidente, o cumprimento da lei da data base que foi aprovada por esta Casa e foi revogada por um decreto inconstitucional do Sr. Governador do Estado do Paraná.

Essa categoria hoje, a exemplo dos trabalhadores da Secretaria da Agricultura exige apenas a reposição das suas perdas salariais. Mas esses trabalhadores sequer são recebidos pelo Governo do Estado e nós do PT fazemos política porque enquanto o nosso pega no cabo da enxada produzindo a riqueza deste País, o feijão, o arroz, gerando seus impostos; existem alguns mandatários que publicam o Decreto 700 que dispensa concorrência pública para contratos de até um milhão de dólares.

Fasso a falar no horário da liderança.

Enquanto o povo trabalha, gera impostos, existe gente no Governo do Estado do Paraná dispensando licitação de contratos com empresas privadas de até um milhão de dólares.

Efetivamente é difícil os trabalhadores ficarem apenas no cabo da enxada. É preciso acima de tudo também governar e fazer as leis e fiscalizar este Governo.

Esse mesmo governo que enquanto os

funcionários da Secretaria de Estado da Saúde estão sendo tratados a pão e água e sequer são recebidos em audiência pelo Governo do Estado do Paraná, esse mesmo governador acoberta gravíssimas denúncias ocorridas nesta mesma secretaria, na gestão passada. Esse mesmo governo que se nega a discutir com os servidores do Estado do Paraná, que prestam serviços essenciais à população é o mesmo governo generoso que corrige suas dívidas para com as empreiteiras através de generosas taxas de correção monetária. Esse mesmo governo que diz que não negocia com trabalhadores rurais sem-terra, o que ele denomina invasores, que praticamente os obriga a assinar qualquer tipo de acordo na ponta das baionetas. Esse mesmo governo não toma providência alguma para desarmar os latifundiários neste Estado que estão comprando inclusive armamento privativo do exército.

Alguém já teve notícia de que uma brigada da Polícia Militar estivesse entrado numa fazenda para tomar os poderosos arsenais que estão e todos sabem, estão escondidos nesses locais. Cadê a coragem desse governo que vai na televisão e diz que vai colocar essas pessoas na prisão do Ahú. Todavia Prisão do Ahú lá só tem bagrinho, só tem pobre, não há tubarão nenhum na prisão do Ahú.

Então eu acho que é chegado o momento desse governo realmente tomar um outro rumo. Nós estamos aqui até no momento em que a Nação brasileira com a visita do Papa está sendo convocada para criarmos um clima de solidariedade, um clima de entendimento, mas nos parece que o Governo do Estado do Paraná vai na contramão da história. Eu acho até que nós poderíamos até perdoar este governo, afinal de contas está nos parecendo muito claramente que este mesmo Governo está sofrendo de um profundo desequilíbrio mental. Eu não encontro outra explicação para as atitudes deste Governo. Atitudes irresponsáveis, de afronta, de desrespeito à própria dignidade das pessoas e nós temos que lembrar que o próprio Código Penal e o Código Civil exime de qualquer culpabilidade os loucos de todo gênero. Talvez se efetivamente o nosso Governador do Estado do Paraná está sofrendo de algum problema dessa natureza. Vejam os Srs. e eu lanço aqui um desafio: o que é que realizou de concreto, o Governo do Estado do Paraná até este momento? Apenas propaganda. Nós chegamos num caso absurdo em que a propaganda veiculada pelos meios de comunicação custou mais do que o próprio programa anunciado pelo Governo. É o caso do programa Água Limpa que o Governo do Estado está anunciando pela televisão, pelos jornais em todo o Estado do Paraná. Custou mais caro a propaganda do que o próprio programa que se propõe

fazer o Governo do Estado do Paraná. Este Governo que parece que está apenas preocupado em comprar brigas com Quêrcia em São Paulo, brigas políticas e esquece dos seus compromissos mínimos com a população do Estado. E eu quero lembrar aqui também que este Governador chegou ao Palácio Iguazu fazendo um discurso de esquema, chegou com a tradição e o seu passado histórico de intermediário dos movimentos populares. Esta foi a tradição deste Governo. Este Governo chegou no Palácio Iguazu falando para os trabalhadores sem terra do nosso Estado. Este Governo chegou ao Palácio Iguazu falando em respeitar a dignidade e valorizar o servidor público do Estado do Paraná e eu acho que a Nação brasileira não aguenta mais outro Collor. Este filme nós já estamos assistindo. O Collor fez exatamente o mesmo discurso para os desca- misados e hoje se abate sobre esta nação um clima de apatia sem precedentes, de desesperança, de descrédito. Nós efetivamente não estamos precisando de um outro Col- lor no Estado do Paraná. Nós não queremos que este Governador fique falando grosso, falando bonito na televisão. Estamos exi- gindo apenas, responsabilidade administra- tiva, que ele trate a coisa pública com seriedade e que efetivamente assuma os compromissos e a responsabilidade que o cargo lhe impõe. É por isso, Sr. Presiden- te, Srs. Deputados, que nós não poderíamos deixar aqui nesta Tribuna hoje, de regis- trar, com profundo pesar as colocações mais recentes do ilustre Governador do Es- tado do Paraná que mostram um grau de dis- criminação contra a representação política dos trabalhadores, sem precedentes na his- tória deste País. Nem a extrema direita foi capaz de fazer tamanha afronta, de ma- nifestar publicamente tamanha discrimina- ção, inclusive vedada pela própria Consti- tuição Federal da República. É lamentável perceber. É muito triste acreditar para to- dos os paranaenses que as posições deste Governo, lamentavelmente, tem sido as pio- res possíveis. As piores para os trabalha- dores, para os movimentos populares. É um Governo, infelizmente hoje, um Governo de direita, um Governo desequilibrado, um Go- verno de falácias. Infelizmente é isso que temos a constatar hoje no Estado do Para- ná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Comuni- camos a presença nesse Plenário dos alunos do 2º ano de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, estão acompanhados do Professor José Carvalho Lopes, da Cadeira de Direito Constitucio- nal. Sintam-se à vontade e voltem sempre.

Quero comunicar, também, que após a Sessão convidamos todos os Deputados a

permanecerem no recinto para ouvirmos a Presidente do Sine Saúde, Maria Auxiliado- ra Vilela, o Presidente da ASEA, Associa- ção dos Funcionários da Secretaria da Agricultura: Roberto de Andrade Silva e do seu Afonso Câmara, do movimento SOS Vida. Cada uma das pessoas poderá usar dez minu- tos para expor-nos o problema de sua área de competência.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, estimados companheiros que nos visitam na tarde de hoje. Inicialmente eu gostaria de lamentar a não possibilidade de apar- tear o Deputado Ernani Pudell que embora tendo solicitado o aparte não nos foi con- cedido para que pudéssemos esclarecer sobre algumas questões que o nobre Deputa- do colocou na tribuna e que não são a ex- pressão da verdade dos fatos que aconte- cem, mas apenas a verdade na ótica e na visão do Parlamentar, porque tentar transmitir a este Plenário, aqueles que nos visitam de que as modificações impostas pelo Governo do Estado com referência aos procedimentos de compras e de materiais e serviço pelo poder público estadual de que estaria havendo uma facilidade, estaria se permitindo uma facilidade maior isto é verdade, apenas, na palavra do Deputado Ernani porque é uma mentira grosseira, e ele muito bem entende na condição de ba- charel de que uma tomada de preços também é uma forma de concorrência pública, é uma forma de licitação, e que a tomada de preços acontece com as empresas previamente cadastradas no Departamento que tem a responsabilidade para a aquisi- ção desses materiais. Portanto, vir aqui com meias verdades para tentar agradar a platéia não é a missão maior de um Parla- mentar que se pretende digno na sua posi- ção nesse Parlamento.

Mas Sr. Presidente, Sr. Deputado Heinz Herwing, demais Deputados, comparecemos à Tribuna no dia de hoje para comentar, e transmitirmos aqui, a nossa visão pessoal acerca do documento-proposta enviado pelo Governador Roberto Requião ao Presidente Collor de Mello como uma contribuição do Governo do Estado do Paraná e de sua equi- pe de trabalho às propostas de entendimen- to.

No dia de ontem através da nossa As- sessoria da Liderança do Governo, fizemos com que esta nossa visão chegasse até a imprensa estadual, e hoje os jornais re- portam na sua grande maioria o pensamento que expomos acerca deste documento. E ho- je estamos aqui nesta Tribuna para conver- sarmos com os Srs. Deputados acerca daqui- lo que entendemos ser um documento real- mente de valor e de grande contribuição

para o cenário político, econômico e social do Brasil.

LÊ: "O Brasil caminha perigosamente para uma ruptura social, que pode comprometer seu futuro irremediavelmente.

Os indicadores sociais apontam um quadro gravíssimo no atendimento das necessidades básicas da população.

A capacidade do Estado Brasileiro de gerir estes problemas está esaurida, de acordo com o diagnóstico do próprio Presidente da República.

Em meio aos equívocos da Política Econômica do Governo o complexo produtivo está paralisado, agravando perigosamente a relação estado/cidadão.

A cupidez de alguns poderosos interesses privados, a corrupção pública e privada, dilapidando os fundos públicos, e a falta de vontade e orientação política levaram o Governador paranaense a lançar ontem um projeto novo capaz de trazer de volta a esperança aos brasileiros.

A esperança que os milhares de brasileiros descamisados perderam ao longo do tempo, diante do modelo de desenvolvimento que exclui, discrimina, marginaliza.

A proposta do Governador Roberto Requião, dirigida ao Presidente da República e à nação brasileira aponta um outro caminho para que o País volte a crescer.

É uma proposta inovadora diante dos acontecimentos que varreram o mundo nos últimos anos.

A queda do socialismo no leste europeu cristalizou na sociedade a opção neoliberal, tão perversa quanto o estatismo corporativo que ruuiu junto com o muro de Berlim.

Esta proposta reverte-se de importância diante do grave momento brasileiro, quando o Presidente da República acena com um Projeto Liberalizante que não vai resolver a crise, apenas entregar o capital nacional, constituído com o trabalho dos brasileiros a grupos internacionais.

Para se ter uma dimensão do que pode acontecer com o patrimônio controlado pelo Estado e prestes a ser leiloado, onde serão aceitos papéis de todo o tipo, vamos trazer ao Paraná o exemplo da USIMINAS.

Utilizando o mesmo projeto lançado pelo Governo Federal para privatizar a COPEL, cujo patrimônio contábil é de pouco mais de 900 milhões de dólares, o Governo aceitaria papéis como títulos da dívida agrária, dívida externa com o deságio do mercado, a COPEL passaria para as mãos de outro grupo por um valor de 210 milhões de dólares apenas.

Somente para se ter uma noção do que isso representa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente com a Usina de Segredo o Governo do Paraná investe na empresa cerca de 1 bilhão de dólares. E se fossem adota-

dos os critérios que estão sendo utilizados para a privatização da USIMINAS, o Paraná estaria vendendo a COPEL por cerca de apenas 210 milhões de dólares.

A COPEL, considerada a melhor concessionária pública de energia seria vendida por um preço aviltante, já que seu patrimônio real chega aos 5 bilhões de dólares.

A este exemplo seguem os mesmos critérios que serão utilizados para privatizar a USIMINAS.

A questão que deve ser levantada neste momento por todos os brasileiros que não foram contaminados pelo vírus da desestabilização a qualquer preço é a seguinte: por quanto se venderá o Banco do Brasil, a PETROBRÁS, a TELEPAR, já que as empresas deficitárias não terão compradores?

Outra questão a ser levantada: a venda destas empresas vai gerar empregos? vai garantir a retomada do desenvolvimento? vai corrigir os desequilíbrios sociais?

A resposta para estas questões não pertencem aos economistas de plantão do Governo. Mas, John Kenneth Galbraith na tese "O Novo Estado Industrial", que resultou no Prêmio Nobel de Economia, diz que não.

Outro clássico da Economia, a "Teoria Geral" de Keynes coloca claramente que não.

Os economistas que são referência para a Economia Mundial apontam, o caminho que o Governo insiste em negar. Num projeto que apenas vai agravar a crise nacional.

A proposta do Governador Roberto Requião está fundamentada em outro caminho, que distribui renda; coloca o Estado a serviço da sociedade; indica o caminho do desenvolvimento e dá um basta na corrupção com os recursos públicos.

São sete pontos que indicam o novo caminho. Um projeto para ser discutido com toda a sociedade e o Governador já tomou a iniciativa enviando cópias do projeto a todos os segmentos da sociedade.

Não é um projeto para elites e grupos econômicos e por isso o Governador não tem receio de colocá-lo em discussão entre empresários, trabalhadores, políticos, profissionais liberais, enfim a toda a sociedade.

O primeiro passo na proposta encaminhada pelo Governo do Paraná é a retomada do crescimento como condição básica para a saída da crise e para a eficácia das políticas econômicas do Governo. "É preciso implementar uma estratégia de crescimento que envolva a criação de uma sociedade com consumo de massas, o que pressupõe redistribuição de renda. Isto não significa cortar espaços ao capital estrangeiro, mas adequá-lo a uma estratégia de crescimento econômico definida pelo Congresso Nacional", destacou o Governador, apontando nos

documentos um outro caminho.

Na interpretação do Governador Roberto Requião à criação da sociedade de massas significa a elevação dos salários direta e indiretamente. Para se chegar a esta realidade é preciso investir pesadamente em bens de consumo direto como alimentos, têxtil, calçados, habitação entre outros.

O Governador destaca a necessidade de eleger de 40 a 60 itens da cesta básica onde seriam desenvolvidas políticas específicas de produção, comercialização, transporte, desenvolvimento tecnológico, financiamento e consumo.

Nesta pauta o documento coloca o setor agropecuário como estratégico por responder rapidamente os estímulos a ele adequados.

No segundo item do documento há um outro caminho. O Governo do Paraná aponta a necessidade de projetos estratégicos a serem desenvolvidos pelo setor público e privado que melhorem os custos de produção fomentando o desenvolvimento.

Neste campo estão setores como transporte ferroviário de carga, transporte fluvial, serviços portuários, oleodutos, armazenagem da produção agrícola nas diversas regiões do País, entre outros.

O quarto ponto do projeto destaca a necessidade de ampliação dos serviços sociais. O Governo do Paraná defende o mínimo de confiabilidade nas relações entre o Estado e os cidadãos.

Para se chegar a esta relação de confiança pede investimentos prioritários no setor de educação comprometendo 40% dos gastos municipais e estaduais com o ensino fundamental.

Pede a recuperação e a operação do sistema unificado de saúde integrando todas as redes existentes hoje. Evitando desta forma paralelismos que estão sucateando o sistema.

O Governo do Paraná coloca ainda como prioritário no setor social o financiamento dos sistemas de transportes coletivos urbanos e metropolitano. E por fim um amplo programa de financiamento individual de habitações, destinado atender as populações de favelas ou equivalentes.

O quarto item do projeto "Há um novo caminho" aponta para a necessidade de recuperação financeira do Estado, com uma negociação responsável da dívida externa, compatibilizando investimentos em infraestrutura básica. Essa estratégia, associada a um esquema de conversão da dívida em projetos estratégicos definidos pelo País irão recuperar o Estado Brasileiro em todas as áreas.

O projeto lançado à nação brasileira aponta para a necessidade de se conter a trajetória inflacionária dentro de uma perspectiva que alie políticas monetárias

e fiscais restritivas para o controle dos custos de produção.

Outro item do documento defende a rearticulação e gestão do setor público, com a recuperação da capacidade de investimento do estado brasileiro. O primeiro passo seria a reformulação de todo o sistema tributário tornando-o mais justo para as diversas camadas da população. Hoje uma família com renda de cem mil cruzeiros chega a comprometer 25% com impostos, enquanto que a mesma família, mas com uma renda de dois milhões de cruzeiros, compromete pouco mais de quatro por cento em impostos.

O documento procura apontar o desequilíbrio da previdência social definindo uma estratégia que permita o seu funcionamento de forma capaz, para isso seriam definidos níveis de renda para o acesso aos benefícios e a instituição de um sistema complementar e facultativo.

Este documento que procura abordar de forma criteriosa as causas da crise brasileira está aberto à discussão com toda a sociedade. É uma forma alternativa encontrada pelo Governo do Paraná, já que os partidos políticos e o Governo Federal se mostram desarticulados para encaminhar um projeto que esteja acima dos interesses corporativos, eleitorais e fisiológicos.

O Sr. Nilton Cesar Servo - (Pela Ordem)

Nobre Deputado Orlando Pessuti eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que eu não concordo com algum posicionamento seu, que se refere aos papéis pobres, aos papéis podres do Governo Federal, mesmo porque, eu vi e ouvi há dias atrás, uma declaração do Governador Roberto Requião, que estaria fazendo um convênio com o Governo Federal, em busca das chamadas TDAs. Esse é um título emitido pelo Governo, é um título que ele pretende com ele desapropriar áreas e nela fazer assentamentos de famílias que pensa implantar, de famílias dos chamados sem-terra.

É do conhecimento de Vossa Excelência que esses títulos são indexados dia-a-dia, mês-a-mês. Nós poderíamos sim, questionar a origem desses títulos, a origem da emissão desses títulos, mas não a validade desses títulos. É um papel emitido pelo Governo Federal, que ele tem que resgatar esse papel do mercado, para definitivamente tentar acabar com a inflação, inflação essa que é gerada através dos órgãos públicos e principalmente através das estatais que estão sendo mal administradas. Eu sou plenamente a favor da privatização, mesmo porque, é um exemplo que nós temos nos países mais desenvolvidos do mundo, que foi através da privatização que conseguiram vencer essa árdua inflação que o Brasil também atravessa.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço ao nobre Deputado Nilton Servo, conhecedor profundo das questões econômicas e dos seus desdobramentos, mas eu queria deixar aqui claro que a postura que o Governador vem adotando com referência à privatização, especificamente da USIMINAS, ela tem procedência, bem como também, a anunciada implantação do Paraná, de um fundo de terras para que possa se destinar essas terras ao assentamento de produtores rurais hoje sem terras. O Governo do Estado tem condenado a maneira pela qual a privatização da USIMINAS vem acontecendo, onde essas TDAs, bem como, certificados da dívida externa ou coisa parecida estariam sendo adquiridos no mercado graças a manobras que vem acontecendo nos últimos dias, por valores não superiores a 20% do seu valor de face e posteriormente seriam utilizados na aquisição da USIMINAS pelo seu valor de face, fazendo com que ocorresse uma transferência do setor público para a iniciativa privada de um patrimônio público da ordem de 70% do seu valor.

Então é nesse ponto que o Governo do Estado tem questionado, nós mesmos quando votamos aqui uma moção contra a privatização da USIMINAS, oferecida ao Plenário pela Bancada do PT, nós dizíamos naquele momento que somos a favor da privatização, bem conduzida e bem orientada e séria, não da maneira como vinha acontecendo até bem poucos dias, no caso da USIMINAS, onde uma empresa que custa, pelo menos, quem sabe uns 10 bilhões de dólares, estaria sendo comercializada por menos de 1 bilhão de dólares, transferindo aqueles que sempre se utilizaram do Poder Público, mais de 8 ou 9 bilhões do patrimônio público, conquistado com muito sacrifício.

Senhor Presidente, neste sentido estamos apresentando um requerimento à Mesa, pedindo que o documento oferecido à Nação brasileira pelo Governador Roberto Requião conste dos Anais da sessão de hoje, para que possamos no futuro fazer a devida análise daquilo que aconteceu, após a elaboração deste documento.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - No Horário das Lideranças, consultamos à Liderança do PRN se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Volto novamente ao caso do "Baianinho" ou "Baiano da Foice". Volto ao assunto porque denunciado, nesta Casa, denunciado nos meios de comunicação, não vimos em ne-

nhum momento o Governo do Estado do Paraná se pronunciar quanto ao fato.

Estou entrando hoje, nesta Casa, com um requerimento para convocarmos o Secretário da Casa Civil para que venha a esta Casa dizer quem é que mandou contratar o "Baianinho da Foice", o homem que mentiu ao Paraná e agora é protegido do Governador e pelo Governo do Estado do Paraná.

Principalmente hoje, que temos aqui funcionários da Secretaria da Agricultura que querem aumento de salário. Vocês vejam como é este Governo! Tenho aqui a Resolução nº 131, do Chefe da Casa Civil, que diz o seguinte (lê): "Resolve nomear de acordo com o artigo 24, item 3º da Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970, o Senhor José Antônio de Araújo" - só faltou colocar aqui vulgo "Baiano da Foice" - "sob o registro 538106/1, para exercer em comissão o cargo de auxiliar técnico".

Quero dizer aos Senhores que por falta de auxiliar técnico este Governo não peca mais. E ainda para espanto maior, ele (lê) "Resolve designar o servidor constante acima do item para perceber a gratificação percentual de 100% sobre os seus vencimentos".

Eu gostaria de pedir, aqui, aos funcionários da Secretaria da Agricultura quem é que recebeu estas benesses aqui, do Governo do Estado do Paraná. O Governo do Estado do Paraná está assim, jogando na lata do lixo a sua honradez. E o Governador, que tanto fala em honestidade, que tanto fala em corrupção, que tanto leva denúncias a governos deste País, que faz denúncias mil contra pessoas corruptas deste País, nós não podemos negar que estamos diante de um fato de corrupção e que o Governo cala. Nós falamos, aqui, e o Governo cala do outro lado e nada faz, nada explica, e simplesmente ontem, nesta Casa, um Deputado ainda teve a coragem de dizer que esta foi a contratação do "Baiano da Foice" e que numa próxima oportunidade, quando eles acharem, eles irão também contratar um auxiliar técnico o "Ferreirinha".

É este o Governo do Paraná que temos. Os Senhores funcionários não precisam se preocupar com seus salários, porque quem faz, que prestigia, pessoas que mentem, que foram compradas durante a campanha política, eu acredito é que este Governo vai dar o aumento salarial a vocês. Porque não pode, um Governo que prega tanta moralidade, de repente joga na lata de lixo e se torna um Governo também corrupto, porque não explica e não dá explicações, e nós exigimos explicações e por isso convocamos para vir a esta Casa o Chefe da Casa Civil, porque o Chefe da Casa Civil é quem assina a contratação e nós queremos saber se foi o Governador que mandou. Natural-

mente foi o Governador que mandou contratar o Baiano da Foice, como também foi o Governador quem contratou aqueles que montaram a novela do "Ferreirinha" e que depois, de medo de perder o seu mandato, disse que foram seus subordinados, como Fábio Campana e outros que estão sendo processados pela Justiça.

Prezados Senhores, encerro estas minhas palavras e peço aos Deputados dessa Casa, principalmente os Deputados que apoiaram a chapa do novo Paraná, nós que perdemos as eleições do Estado, eu peço aos Senhores, os Senhores talvez quando apoiaram aquela coligação conheciam o candidato e aprovam o candidato, não acredito que os Senhores hoje vão negar aqui a aprovação da convocação do Secretário da Casa Civil, para prestar esclarecimento deste fato concreto de corrupção no Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas queria registrar a presença do Deputado Federal, Werner Wanderer que por quatro mandatos, ou seja 16 anos tem representado a região Oeste do Paraná, nesta Assembleia Legislativa, e hoje, Deputado Federal, representando o Estado no Congresso Nacional.

Da mesma forma queremos registrar a presença do recém nomeado Diretor de Administração da Itaipu Binacional, Hélio Gunther, de Marechal Cândido Rondon.

Também queremos registrar a presença do Prefeito de Santa Helena, Antônio Aparecido de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, queremos anunciar também para que se registre, a presença neste Plenário do Deputado Federal, Edésio Passos, que se encontra em visita nesta Assembleia Legislativa, Deputado do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ao Edésio e ao Werner as nossas boas-vindas, ao Hélio os nossos cumprimentos, na hora em que está assumindo a diretoria da Itaipu.

Gostaria de aproveitar também para anunciar a presença do Deputado Ezequiel Pacheco, do Distrito Federal. Nossos cumprimentos e sintam-se à vontade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da próxima, segunda-feira, dia 21 do corrente ano. - Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Com EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Emenda da C.C.J. Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 91/91, aprova um crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 90/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 405.804.000,00 (quatrocentos e cinco milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 86/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

454/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 84/91, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos mil cruzeiros), para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 455/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 83/91, aprova um crédito suplementar ao Orçamento da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n° 9494 de 21/12/90, no valor de Cr\$ 14.047.000,00, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 308/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin o imóvel que especifica, para uso da administração municipal.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, tendo sido devidamente justificado.

Da mesma forma atende ao dispositivo da Constituição do Estado do Paraná, que em seu art. 10 enuncia:

"Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social".

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou constitucional, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente

PLAUTO MIRÔ GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 308/91

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado VALDIR ROSSONI, "autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin o imóvel que especifica".

A presente justificativa que acompanha o Projeto, nos diz que o imóvel a ser doado, será para o uso da Administração Municipal, visando solucionar um problema emergencial no referido município.

Nesta ordem de idéias, seguimos o entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à sua aprovação, manifestamos também, o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós temos, nos últimos dias, colocado uma posição bastante clara acerca das doações de imóveis pertencentes ao Estado para as municipalidades ou para algumas entidades. No caso específico do projeto do Deputado Rossoni nós iremos dar aprovação dele, no dia de hoje, tendo em vista que a análise superficial que fizemos em cima das justificativas apresentadas pelo próprio Deputado, nos dão conta de que este imóvel outrora fora doado ao Estado e, nesse caso, pelo menos em conversa que tivemos com o Governador, quando se trata de imóvel que, anteriormente, fora doado ao Estado e que não estejam, hoje, tendo nenhuma destinação, quando solicitado e com uma destinação que justifique, o Governador tem concordado em doar, restituir, portanto, à municipalidade.

É bem verdade que iremos fazer uma análise bem mais aprofundada, nos reservando, se for o caso, de ter um posicionamento diferente quando da segunda votação. Mas, pela análise que fizemos hoje, entendendo de que este imóvel outrora fora doado ao Estado e hoje se pede que se o Estado não está utilizando, o devolva ao município para que este possa utilizá-lo, nós estamos recomendando à nossa Bancada que dê aprovação ao projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) -

Eu agradeço a compreensão do Deputado Líder do PMDB e digo mais, que esse é um

terreno de 600 metros quadrados e que servirá muito bem à Prefeitura de Paulo Frontin. Eu estava esperando essa aprovação e fico com isso agradecido ao posicionamento do Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...em votação. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 450/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 88/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 ao vigente Orçamento Próprio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, para dar cobertura às despesas com obras de rejuvenescimento do pavimento asfáltico dos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas e com atividades do Projeto Estradas Rurais - Caixa Econômica Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 03.10.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 450/91

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 88/91, visa o presente Projeto de Lei aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 (Seiscentos e trinta e seis milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, servindo como recurso para a cobertura de tal crédito, igual importância proveniente do orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes e do orçamento próprio do DER, ficando alterada a programação a cargo do DER, do orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela lei n° 9.494/90, no valor de Cr\$ 36.000.000,00 (Trinta e seis milhões de cruzeiros).

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, o Projeto de Lei sob análise não merece qualquer reparo, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 450/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 88/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 (seiscentos e trinta e seis milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Departamento

de Estradas de Rodagem - DER, para dar cobertura às despesas com obras de rejuvenescimento do pavimento asfáltico dos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas e com atividade do Projeto Estradas Rurais - Caixa Econômica Federal.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 451/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 87/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00, ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, destinados à execução de reparos na FACITOL e aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 03.10.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 451/91

PARECER:

Para nossa análise, Projeto de Lei n° 451/91, de autoria do Poder Executivo, que propõe a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9494 (orçamento geral do Estado, de 21.12.90).

Sob o aspecto institucional e legal, não há óbice que contrarie o objetivo do presente plano de lei, pois atende ao que dispõem os incisos V do artigo 167 da C.F. e V do artigo 135 da Constituição do Estado do Paraná.

Verifica-se ainda, através da redação do artigo 2° do presente projeto, o pleno atendimento da disposição contida no artigo 43 da Lei Federal n° 4320, de 17.03.64, que é o de definição da fonte de recurso do presente pedido de suplementação.

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto no foro desta Comissão, deferindo ao soberano Plenário desta Casa a decisão final.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
JOSÉ TAVARES
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 451/91

PARECER:

Já apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o presente projeto foi aprovado por unanimidade.

No âmbito desta Comissão, o plano de lei nos parece preencher todos os requisitos legais que o habilitam a ser apreciado pelo Plenário, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
NELSON GARCIA
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 451/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 87/91, visa aprovar um crédito suplementar no montante de Cr\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil cruzeiros) ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, destinadas à execução de reparos na FACITOL e aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade Artes do Paraná.

Ao indicar como recurso, para a cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, a iniciativa está a atender o art. 135, V da Constituição Estadual, e demais disposições legais atinentes à matéria.

Sendo legítima a medida, somos de parecer favorável à aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente
ALBINO CORAZZA
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 85/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 03.10.91 - Mensagem).

Curitiba, quinta, em 17.10.91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 453/91

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 85/91, o presente Projeto de Lei tem por finalidade a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme específica.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional a propositura obedece aos preceitos estabelecidos pelo Art. 135, inc. V da Constituição Estadual que dispõe:

"Art. 135: São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes".

Nestas condições, somos pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 453/91

PARECER:

Através da Mensagem Governamental n° 85/91, o Poder Executivo propõe à consideração desta Casa de Leis a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, para atender despesas com material de consumo e outros serviços especificados, ressaltando que os recursos são decorrentes de cancelamentos de dotação da própria entidade.

Analisado por esta Comissão, houve por bem, dentro da legalidade exigida pela C.C.J., de emitir parecer favorável à sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
NELSON GARCIA
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 453/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 85/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de

Ponta Grossa.

O Plano de Lei atende as disposições legais orçamentárias que regem a matéria, bem como o art. 135, V, da Constituição Estadual, ao indicar como recurso para cobertura do respectivo crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, o que a confere legitimidade ao mesmo.

Posto isto, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 456/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 92/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 03.10.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 456/91

PARECER:

I - O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 92/91, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

II - Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche todos os requisitos constitucionais legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 456/91

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 92/91, o presente Projeto de Lei tem por finalidade a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

Analisado pela C.C.J. desta augusta Casa de Leis, o projeto foi aprovado.

Verificada a sua legalidade constitu-

cional, a ser chamado a opinar, a Comissão de Finanças emite parecer favorável à continuidade da sua tramitação, sendo de opinião pela sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 456/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 92/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

A Medida está em perfeita consonância com os dispositivos constitucionais acerca de matéria, quais sejam os arts. 167, inciso V da Magna Carta Federal e 135, V, da Constituição Estadual.

Obedecendo ao preceituado pelo art. 41, I, da lei Federal 4.320/64, está o Poder Executivo, requerendo autorização a essa Casa, para "reforçar" o orçamento da versada Fundação, na rubrica 4261 - "Aquisição de Terminais Telefônicos", cancelando igual importância na rubrica 4192 - "Despesas de exercícios interiores".

Posto isto, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para que fique bem entendido aos Senhores Parlamentares e àqueles que nos visitam no dia de hoje, porque aprovamos aqui algumas mensagens ligadas à Secretaria dos Transportes, e uma delas chama bastante atenção dado ao valor que está sendo proposto de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros à Secretaria dos Transportes do Paraná. Então fica meio esquisito quando o Governo do Estado diz que sua prioridade são outros segmentos e não o setor rodoviário, o setor dos transportes e quando estamos votando aqui uma mensagem de um bilhão e duzentos milhões à Secretaria dos Transportes. Para que os Senhores Deputados tenham plena consciência e aqueles que nos visitam, esses recursos da ordem de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros serão destinados à Secretaria dos Transportes, especificamente ao DER para que possamos realizar no Paraná um grande programa de reade-

qualificação de rodovias rurais, rodovias existentes no setor rural do nosso Estado. Portanto é um programa que será desenvolvido pelo DER, mas dentro do programa Paraná Rural de adequação de rodovias e estradas. Portanto a prioridade que é o setor agropecuário, está aqui espelhado nesse pedido de suplementação de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros para a adequação de rodovias rurais evidentemente beneficiando o setor agropecuário paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2740, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2750, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2745, 2744, 2742, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2741, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2746, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2765, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- À D.A.P. para informar a situação do Projeto de Lei.

Requerimento de n° 2739, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2748, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2749, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2760, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2763, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Paulo Maia, Rossoni e demais Se-

nhores Deputados, constante do expediente. Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente. (Assentimento).

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

Nós estamos apresentando à Mesa, e que está em votação neste momento, um requerimento em que tomamos cuidado, conversamos com as lideranças de praticamente todas as bancadas, são aqueles que não encontramos no Plenário, para que não partidariássemos este requerimento. Eu agradeço o apoio de todas as bancadas, dos Deputados que assinaram o requerimento e o que estamos pretendendo com este requerimento é encaminhar ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello; ao Ministro da Agricultura, Fernando Cabrera; à Ministra da Ação Social, Margarida Procópio; ao Presidente do INCRA, Dr. João Mendonça Filho, e também ao Presidente da Caixa Econômica, as reivindicações do movimento SOS VIDA, que se encontra em Curitiba há dois dias já acampado na Praça Osório e já desde o dia onze representado por um grupo de lavradores de aproximadamente cem lavradores, em caminhada de Irati até a Capital, percorrendo um trecho de aproximadamente cento e cinquenta quilômetros a pé, para virem até a Capital manifestar, perante as autoridades e levar as suas reivindicações, para que, as autoridades competentes do Governo Federal e Estadual, recebam e atendam essas reivindicações.

Ontem eu me pronunciei desta tribuna convidando os Senhores Deputados a visitarem, na Praça Osório, os lavradores acampados. Como os Deputados não tiveram oportunidade ou tempo de ir, os lavradores vieram aqui hoje nesta Casa...

(PALMAS).

...Gostaríamos que os Senhores Deputados pudessem ter tido a oportunidade, ou terão ainda até amanhã, de visitarem à Praça Osório e observarem os lavradores com os pés inchados, cheios de calos por um sacrifício que muitos inclusive criticaram, dizendo inútil uma caminhada, um sacrifício de cento e cinquenta quilômetros. Teve muitos, inclusive o meio de comunicação, que disseram, porque este pessoal não veio de ônibus, nós arrumamos um ônibus. Mas o sentido da caminhada não era vir de ônibus, era o de mostrar que o povo está morrendo, os lavradores, os pequenos produtores, os lavradores sem-terra do Paraná estão morrendo na miséria, na mingua, no descaso das autoridades, por isto este nosso requerimento com o apoio de todas as bancadas para que enviemos em nome da As-

Assembleia Legislativa este documento de reivindicações para que o Governo desapropriasse as áreas em litígio no Paraná que são mais de 40 e que o descaso do Governo Federal está empurrando para que os fazendeiros, os proprietários recorram à justiça, ganhem na justiça a reintegração de posse porque o Governo Federal não emitiu os pagamentos das desapropriações porque o Ministro Cabrera e o Presidente Collor não querem fazer reforma agrária neste País e também para que as autoridades federais mencionadas anteriormente recebam as reivindicações desse movimento em nome da Assembleia Legislativa, não em nome do PT, não em nome de um partido único, mas em nome desta Casa, deste Poder Legislativo que no nosso entendimento tem uma grande responsabilidade com o povo do Paraná, com estes problemas vividos hoje na agricultura e eu falo em nome dos pequenos lavradores, eu falo em nome dos quatrocentos mil pequenos proprietários no Paraná que estão sendo obrigados a irem parar nas favelas das cidades, trazendo os problemas sociais, engrossando as fileiras dos desempregados, numa situação de miséria, numa situação de desemprego de recessão que o nosso País está passando e a política agrícola como questioneei aquele dia aqui, ao Diretor de Crédito da Carteira do Banco do Brasil, a política agrícola em nosso País não é para atender os pequenos lavradores. Nós precisamos de uma política agrícola diferenciada para que o pequeno produtor se viabilize na sua pequena propriedade e possa lá, ter as várias diversificações de produção para ele poder sobreviver na propriedade e não ter que se desestimular e ter que ir para outras profissões engrossando as favelas e a miséria que se arrasta por este País.

Nós queremos agradecer todas as bancadas e temos a certeza que esta Assembleia apoiará este requerimento, em nome da Assembleia Legislativa, para que as autoridades federais recebam essas reivindicações e atendam essas necessidades dos lavradores, dos pequenos lavradores do Paraná, dos sem teto e sem moradia do Paraná e também dos lavradores sem-terras que estão a espera da reforma agrária.

Na sequência o Presidente deverá apresentar também um requerimento que pede que o INCRA, que o Presidente do INCRA, Senhor João Mendonça Filho, cancele as licitações que ele emitiu há poucos dias liberando dinheiro deste órgão, dinheiro que deveria ser destinado a reforma agrária e que o Governo Federal diz que não tem dinheiro para reforma agrária, no entanto temos assistido e estamos vendo, agora, ser divulgado na imprensa que o "INCRA" (entre aspas), dizendo que está fazendo Reforma Agrária e alegando com isso que abrir es-

tradas na Transamazônica, no Norte do País é fazer reforma agrária, estão destinados quarenta bilhões de cruzeiros do orçamento do INCRA que são setenta bilhões, destinando para empreiteiras realizarem estradas no Estado do Pará, Mato Grosso, Bahia e Maranhão, enquanto só no Paraná nós temos mais de quarenta áreas de terras desapropriadas e que não foram emitidos títulos da dívida agrária para pagamento dos proprietários, estas desapropriações estão caducando porque o Governo não paga os proprietários, está se destinando quarenta bilhões de cruzeiros do orçamento do INCRA, para abrir estradas nestes Estados que eu acabei de mencionar.

Nós estamos apresentando requerimento para a Assembleia Legislativa do Paraná, pedindo ao Presidente do INCRA que reveja, que cancele estas licitações, que na nossa avaliação são viciadas, porque isso não é fazer reforma agrária.

Se as áreas desapropriadas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o governo estivesse cumprindo o pagamento e os proprietários não estivessem erigindo o despejo de famílias que estão há cinco anos nas áreas, colocados lá por órgãos do governo e que agora a desapropriação está caducando, se isto tudo estivesse regularizado, aí sim se podia destinar dinheiro do INCRA para abrir estradas no norte do País. Enquanto isto nós estamos vendo estas necessidades urgentes acontecendo e destina-se esse dinheiro para isto que nós não entendemos, prioridade na reforma agrária e o que está precisando em nosso País, para isto também queremos pedir apoio para que aproveemos este requerimento, em nome da Assembleia, para que possamos encaminhar ao Presidente do INCRA também esta manifestação pedindo com que se cancelem essas licitações. Era isso, e nós contamos com o apoio desta Assembleia para estes Requerimentos.

Muito obrigado aos Senhores Deputados, à Mesa e aos senhores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação...

O SR. NILTON CEZAR SERVO (Para encaminhar)
- Srs. Deputados, Sr. Presidente, Mesa Diretora, Srs. e Sras. aqui presentes, eu venho aqui para abalizar as palavras do nobre Deputado Ovídio, eu quero endossar dizendo que o Brasil não só precisa de uma reforma agrária ampla como ele precisa de uma política agrícola que venha de encontro com as necessidades do plantador, do lavrador, do homem de campo. O nosso plantador, o nosso desbravador é um homem que não entende de dólar, não entende de cruzeiro, a sua moeda tem que ser transforma-

da no produto produzido e colhido através das próprias mãos. O nosso produto que é o soja, que é o arroz, que é o feijão, esse produto que terá que ser transformado amanhã para liquidar as dívidas oriundas dos financiamentos para que esse brasileiro que levanta a bandeira do Brasil possa tirar o Brasil da inflação através do plano feito com as próprias mãos. Quero acompanhá-los nessa caminhada, quero aproveitar também para dizer que tenho visto, ouvido neste Plenário posicionamento da Bancada governista. Há poucos dias recebi uma Mensagem do Governo em meu Gabinete em que ele indexava o Orçamento, corrigindo através de toda a inflação obtida nos últimos 90 dias, mas o salário do servidor público, o salário do homem do campo, o salário do homem da agricultura teve apenas um acréscimo de 20%, quando tivemos uma inflação superior a 200%. Este Brasil é o Brasil que só trabalhador perde, é o Brasil que tudo sobe. Sobe o arroz, sobe o feijão, sobe o óleo, sobe açúcar, sobe o aluguel, sobe o combustível. A única coisa que baixa na realidade é o salário do trabalhador e o cassetete da polícia naqueles que reivindicam um salário melhor. Vamos nos unir em prol desta luta, pois este Brasil não só tem um dono. Nós todos irmãos, de braços dados e de mãos dadas, caminhando para o progresso da nossa Nação, juntos, unidos, com Deus, com esperança, com amor, com coragem, venceremos, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

Aprovado.

Requerimento de nº 2764, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Paulo Maia e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2759, de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Requerimento do Nobre Parlamentar Valdir Rossoni diz respeito a uma solicitação ao nosso companheiro de Assembleia Legislativa e hoje Chefe da Casa Civil para que preste esclarecimentos a respeito de um contratação que tem sido de certa forma explorada e veiculada através da Imprensa.

Eu quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal Requerimento não traz transtorno nenhum a quem quer que seja para que todos possamos esclarecer a opinião pública do nosso Estado, até porque muito se tem falado e é chegado o momento de que

algumas coisas sejam esclarecidas.

Eu tenho procurado, Sr. Presidente, Srs. Deputados adotar uma postura de equilíbrio sem radicalismos nesta Casa. Como Parlamentar do PRN tenho me calado muitas vezes e não tenho procurado defender o indefensável, até porque acredito que acima de coragem que temos que ter para defender o indefensável está a nossa vergonha. Existem situações que dificilmente podem ser justificadas. No entanto, é dever desta Casa dar a oportunidade a um companheiro da Assembleia Legislativa, que hoje ocupa a Chefia da Casa Civil, para se defender, para explicar, para nos comprovar as razões de algumas contratações que podem muitas vezes serem exploradas de forma leviana de quem quer que seja.

Em nome do direito à defesa e do restabelecimento da verdade, que eu faço o encaminhamento nesta oportunidade para que se defira o pedido do companheiro Valdir Rossoni para que se esclareça alguma ou algumas contratações de certa forma nebulosas.

Portanto, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, eu gostaria que dessemos esta oportunidade a um companheiro aqui da Casa para que esclarecesse algumas notícias que estão sendo vilculadas por toda à Imprensa e para que possamos explicar a opinião pública, aos nossos eleitores, aos nossos familiares o que significa tudo isso.

É importante, é vital que se escute, que se ouça e que se dê a oportunidade de uma resposta a quem de direito.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento do Deputado Valdir Rossoni. Rejeitado.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Valdir Rossoni queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o Requerimento do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se.

Antes, porém, a Mesa lembra às Galerias que conforme o Artigo 110, do Regimento Interno, devem permanecer em silêncio, que não se manifestem, por favor.

Vinte e dois (22) Deputados Rejeitam.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Apenas para lamentar a não possibilidade de darmos o direito a um companheiro aqui da Casa de não só prestar esclarecimentos, mas que fizesse a sua defesa junto aos

seus companheiros do Legislativo. É uma pena. Mas eu disse muito bem: é preciso ter coragem para defender o indefensável. E cumprimento a Bancada Governista pela coragem. Vocês são realmente, corajosos! (Aplausos)

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu só gostaria de dizer à Bancada do Governo que eu, quando tiver, um novo Requerimento, devo encaminhar, devo pedir a um outro Deputado para dar o encaminhamento, porque eu não tenho levado sorte. Em um outro dia aqui convocamos o Secretário das Finanças para prestar esclarecimentos sobre o caso do BANESTADO, que é uma vergonha nacional, deu prejuízo, está dando prejuízo e não querem dar explicações.

Quanto ao caso de hoje, esse é mais assustador. Estão premiando um cidadão de 84 anos de idade. E o Sr. Líder me pergunta se tenho alguma coisa contra os velhos. Não tenho nada contra os velhos. Tenho, sim, contra gastar o dinheiro do povo para pagar favores de maracutaías de tempos de eleição.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Queremos agradecer as palavras do Deputado Nelson Justus e dizer que a Bancada do PMDB e dos demais Partidos que se somaram conosco na tarde de hoje e que, segundo eles, significa demonstrar coragem para defender o indefensável, e que sabe muito bem o nobre Deputado que o ato de se nomear ou demitir alguém no Poder Executivo é uma faculdade, é uma prerrogativa que compete exclusivamente ao poder discricionário do Governador do Estado. E nós temos coragem sim para enfrentar demagogias como essas que pretende hoje o Deputado Valdir Rossoni. Não precisa Vossa Excelência deixar de assinar isto daqui. Vossa Excelência ainda há pouco teve a elegância de agradecer o voto que esta Bancada ofereceu favoravelmente a um projeto subscrito por Vossa Excelência. Então vamos parar com essa demagogia besta, barata, porque nós temos coragem, sim, para enfrentar as demagogias de Vossa Excelência.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

Requerimento de nº 2747, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2758, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- Rejeitado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou requerendo a esta Casa o envio de louvor ao Jornalista Luiz Geraldo Mazza pelo artigo "Paga a farsa", publicado pela

"Folha de Londrina" no dia de hoje.

O teor do Requerimento diz o seguinte: "O Deputado que..." (Lê o referido Requerimento).

Diz assim o artigo do jornalista, na "Folha de Londrina".

(Lê referido artigo em anexo)

"Quinta-feira, 17 de outubro de 1991.

De Curitiba

Luiz Geraldo Mazza

Paga à Farsa

A Casa Civil do governo passado esteve notoriamente envolvida, conforme já decidiu o TRE, nas operações da farsa eleitoral do "Ferreirinha". O pior é que a atual, ratificando o comportamento anterior, premiou o octagenário e lendário Baiano da Foice, José Antonio de Araújo, por sua participação nos episódios, das denúncias contra a família Martinez como Auxiliar Técnico da Casa Civil com gratificação no percentual de 100 por cento sobre o vencimento básico, o do símbolo 5-C.

Para o funcionalismo não há grana. Os servidores da Saúde são o maior exemplo da degradação a que chegou o Governo com salários humilhantes e não foram sequer atendidos em seu direito a uma audiência com o príncipe. Muitos deles fizeram mais o que o Ferreirinha e o Baiano da Foice: votaram em massa em Requião e sinceramente, sem qualquer representação teatral. Participantes da farsa foram todos premiados; uns como servidores ou como fornecedores e prestadores de serviços, liberados de concorrência, como na área de propaganda.

Não se pode levar a sério a moralidade e a austeridade apregoadas por um governo que age dessa forma e paga assim os serviços prestados numa eleição. Não sabe o governo que o Estado não pode contratar pessoas com essa idade e que nem deve sustentar servidores honorários e sem função?

Incrível ainda a audácia do nosso Governador. Pretende até ter soluções para a crise nacional como se a sua passagem até agora não fosse suficiente para mostrar que só afundou o poder público e o condenou ao pior dos imobilismos."

Isso equivale hoje e o Baiano da Foice recebe 250 mil cruzeiros, Senhores Deputados pela participação como coadjuvante na grande mentira da eleição do ano passado.

(Palmas)

Senhor Presidente, então nós estamos requerendo da Casa um voto de louvor a esse Jornalista corajoso, que denuncia ao Paraná a farsa levada a efeito pelos articuladores da campanha do Governador que se instalou no Palácio Iguazu no ano passado. Uma farsa que infelizmente a justiça não

vai botar ninguém na cadeia.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.
Deputados que forem favoráveis ao Requerimento.
REJEITADO.

O SR. MARIO BEZERRA (Verificação de votação Senhor Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação.
Deputados que aprovam o presente requerimento permaneçam como estão.
APROVADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, V.Exa. diz que o Requerimento está rejeitado, agora está aprovado.
Eu requeiro nova verificação de votação, para que se esclareça o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que provam o Requerimento, queiram levantar-se.
Quinze Senhores Deputados aprovam.
Dezessete Senhores Deputados rejeitam.
REJEITADO.

Requerimento de n° 2756, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Retirado pelo autor.

Requerimento de n. 2761, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 2762, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O Sr. Mário Bezerra - (Pela Ordem) Vossa Excelência deve usar do critério de quem chegar na frente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu tenho que usar o critério do Regimento Interno.

O SR. MARIO BEZERRA - Mas, eu cheguei na frente do Deputado Pessuti. Eu pedi para encaminhar, ele pediu para discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu coloquei em discussão. E ele pediu para discutir.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência pode chegar na frente na corrida, porque é mais "levinho". Agora, no Regimento Interno, Vossa Excelência está muito atrasado.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu pedi para encaminhar primeiramente. O Presidente pode ter-se confundido com o tom de voz, Senhor Presidente. Eu pedi para encaminhar.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência sabe que se está em discussão, tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Mário Bezerra, o Regimento diz, e eu vou ler o artigo, porque eu não sei de cor. É o artigo 155 (1°) "Se algum Deputado pedir a palavra sobre o Requerimento sujeito à discussão" - é o caso "será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte".

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente, Pela Ordem. Respeitando a decisão de Vossa Excelência, mas quando o Deputado pede para encaminhar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O encaminhamento é após a discussão.

O SR. MARIO BEZERRA - Senhor Presidente, mas os métodos que o nobre Presidente Anibal Khury utiliza nesta Casa, como costume é dar a vez a quem chega primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado não adota esta medida, então.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, por favor. Nós temos, agora, inscritos para falar, os representantes do Movimento SOS Vida e mais outros dois Movimentos.

Senhores Deputados, por favor me ouçam. Da última vez que os lavradores vieram a esta Assembléia, convidaram todos os Deputados para uma reunião. Deputados que compareceram lá foram apenas seis. Os agricultores, revoltados, decidiram ocupar a Assembléia Legislativa e permaneceram aqui, quando à noite a Polícia teve que vir ameaçar trabalhadores para saírem.
Eu quero convocar os Senhores Deputa-

dos para que permaneçam mais meia hora aqui para ouvir as lideranças dos trabalhadores que aqui estão. (Palmas).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 308, 450, 451, 453 e 456/91
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 351, 391, 405, 406, 428, 439, 442, 443 e 444

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1991.

"Há um outro caminho"

Documento apresentado pelo Senhor Governador do Estado.

ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA PARA O CRESCIMENTO.

I - OBJETIVO ESTRATÉGICO GLOBAL

No Brasil, a retomada do crescimento é condição para a saída da crise e para a eficácia das políticas de governo. A crise não poderá ser eficazmente atacada pela via de política recessiva com ênfase em instrumentos monetários e fiscais. É preciso implementar uma estratégia de crescimento que envolva a criação de uma sociedade com consumo de massas, o que supõe a redistribuição de renda. Isto não significa que não haja espaço para o capital estrangeiro, desde que sujeito a um controle da sociedade e a parâmetros definidos no congresso. O liberalismo no Brasil não contempla a hipótese de uma sociedade de massas, daí necessitarmos de uma alternativa não-liberal. É fundamental recuperar a capacidade de investimento do Estado na área social e em projetos estratégicos.

Escolhendo a via não-liberal, a retomada dependerá da capacidade do Estado identificar fontes para o financiamento de projetos estratégicos fundamentais e da sua capacidade de implementá-los, bem como com sua determinação indicar estas possibilidades ao setor privado. Estes projetos devem se destinar à melhoria das condições de vida da população de baixa renda, reduzindo os custos da produção e circulação dos bens-salário e portanto ampliando o

poder de compra dos assalariados.

A criação de tal sociedade com consumo de massa passa pois por elevação dos salários direta e indiretamente, bem como pelo aumento da produção de bens-salário e custos reduzidos. Nesse contexto, o Estado deve ser co-partícipe dos ganhos de produtividade e do crescimento da economia, diante das disparidades sociais e da exclusão social. Há necessidade de, para pôr o sistema econômico em expansão, reforçar o Estado como investidor na economia e como agente do planejamento. Nesse sentido, a proposta de crescimento em cima de setores estratégicos para a ampliação do consumo de massa deixa de ser uma agenda de políticas sociais para condicionar fortemente o desenho do crescimento, a nível dos setores produtivos privilegiados.

Entre os setores estratégicos destaca-se a agropecuária, por sua capacidade de dar respostas rápidas a estímulos como uma política efetiva de garantia de preços mínimos e crédito adequado. Esse setor é fundamental para a elevação dos salários reais e a expansão do consumo, sintonizando-se com a estratégia geral da proposta de retomada do crescimento. Ao mesmo tempo, esse setor tem sido objeto de políticas erráticas e instáveis, que têm impedido um desempenho firme do setor, com evidentes perdas de produtividade.

Destaque especial deve ser dedicada a um conjunto de bens básicos do consumo, em torno de 40 a 60 itens constantes da cesta básica, para os quais serão desenvolvidas políticas específicas para toda a cadeia produtiva (produção, comercialização, transporte, desenvolvimento tecnológico, financiamento, consumo), com vistas à obtenção de uma oferta crescente e a preços estáveis.

Parte ponderável destes itens são constituídos de produtos agrícolas in natura e semi-elaborados, cuja capacidade de resposta é relativamente alta no curto prazo, com evidentes benefícios econômicos às atividades primárias dispersas por todo o território brasileiro. Para efeitos de romper a atual estagnação econômica, as atividades agrícolas podem fornecer inestimáveis efeitos para a dinâmica econômica e estabilidade dos preços.

A produção de bens-salário deve ainda ser complementada pela elevação dos gastos sociais do setor público para melhorar a qualidade dos serviços, sua eficiência e padrão de gerenciamento, com um esforço adicional de voltá-los à apropriação das famílias que não podem adquiri-los no mercado. A modernização da economia nacional ocorrerá com a restauração do crescimento e de um clima de confiança nos negócios e investimento, com a constatação de que a economia brasileira pode crescer com base

nos pressupostos acima.

Uma condição importante para a efetivação dessa estratégia é a reforma do sistema financeiro, público e privado, restaurando o crédito público para investimento e direcionando o sistema bancário privado para o desempenho, real e não meramente especulativo, da função de intermediário financeiro em apoio às atividades produtivas. Uma ideia para se conquistar esses objetivos é a atuação mais firme do sistema bancário estatal, dos organismos de fiscalização como o Banco Central e o fim dos privilégios cartoriais detidos pelos bancos. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, fortalecidos financeiramente, atuariam no mercado, adiantando-se de forma a bancar programas estratégicos e de apoio a atividades produtivas e sinalizando, assim, o comportamento do sistema bancário privado. Essa atuação dos bancos estatais será tanto mais sentida quanto maiores forem os ganhos contra a inflação e a retomada do crescimento conquistada.

Estas são as linhas gerais do modelo de crescimento que se deseja para o país, e cujo delineamento será feito a seguir. Deve-se antes destacar que o deslanche de projetos na área da infra-estrutura econômico-social não são capazes autonomamente de sustentar o modelo de crescimento, apenas coloca condições objetivas para que o círculo virtuoso da expansão se instale, estimulando os setores de bens duráveis e bens de capital. Deseja-se uma articulação entre aumentos de produtividade, de salários e de consumo de bens duráveis, apoiados pelos setores em bens de capital. Isto supõe a configuração de uma política industrial e tecnológica, bem como de articulação com o capital produtivo internacional.

II - BLOCO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS.

II.1 - É fundamental recuperar-se a ideia de projetos estratégicos como ponto de partida para o relançamento, através de seleção de macroprojetos que tenham por objetivo melhorar os custos, desde a produção até os mercados de consumo dos bens que integram ou influenciam o custo da cesta básica.

II.2 - Cabe ao Poder Público, eleger os macroprojetos prioritários e estratégicos, abrindo-os à iniciativa pública privada. Como exemplo, poderiam ser nomeados projetos específicos de transporte ferroviário de carga, transporte fluvial de carga, rodovias complementares, serviços portuários, oleodutos, gasodutos, a aceleração da exploração das jazidas de petróleo pesado encontrados no Litoral e sistema de estocagem e armazenagem de produtos

agrícolas localizados junto aos centros produtores como apoio à ampliação da oferta agrícola.

II.3 - O objetivo básico é reduzir os custos de transporte dos centros de produção ou de consumo dos bens agrícolas e agro-industriais e dos derivados do petróleo, com influência decisiva sobre o poder de compra dos assalariados urbanos, constituindo-se, ao mesmo tempo, o conjunto de projetos como fator de alavancagem do crescimento econômico.

III - GASTOS SOCIAIS AMPLIADOS.

III.1 - A ampliação e maior eficácia dos gastos sociais constitui uma exigência imprescindível para restabelecer um mínimo de confiabilidade nas relações entre os cidadãos e o Estado, fortemente abalada pela ação combinada da inflação, da recessão e da degradação qualitativa dos serviços públicos. Cabe mencionar a imperiosa necessidade de se restabelecer a paz nas relações entre o Estado e os seus servidores, particularmente aguda nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

III.2 - Por sua abrangência e importância, os gastos deveriam contemplar, prioritariamente, as seguintes ações:

a) financiar o custeio e a operação dos sistemas estaduais e municipais de educação básica e 2º grau profissionalizante, incluindo complementação salarial dos professores e pessoal de apoio, programas de treinamento e reciclagem de professores, recuperação dos prédios existentes e, apenas excepcionalmente, a construção de novos prédios.

Caracterizando a opção desse programa como uma forte decisão política ligada essencialmente à questão educacional, sugere-se um comprometimento realmente substantivo, por exemplo, um mínimo de 40% dos gastos dos municípios e dos estados na educação fundamental, pelo menos nos próximos 4 anos.

b) financiar a recuperação e a operação do sistema unificado de saúde compreendendo as redes públicas federais, estaduais, municipais, as entidades filantrópicas e os serviços conveniados, envolvendo tanto despesas de capital como de custeio, desde que os estados e municípios participem efetivamente, na operação e financiamento do sistema;

c) financiar o desenvolvimento de sistemas de transportes coletivos urbanos, inclusive os metropolitanos, ferroviários e marítimos;

d) financiar programas individuais de melhoria das condições de habitabilidade das favelas e aglomerações equivalentes, com resolução definitiva da questão fundiária eventualmente existente, mediante

financiamento por prazo de 10 anos e carentia razoável envolvendo o pagamento, pelo financiamento, de no máximo 12% do salário mínimo, aplicado o retorno no próprio programa.

IV - MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO.

IV.1 - DÍVIDA EXTERNA

a) negociar a dívida externa de forma a que o ajuste fiscal possa ser compatibilizado com a retomada dos investimentos na infra-estrutura básica e de gastos públicos na área social;

b) associar à proposta esquema de conversão da dívida externa para investimentos nos projetos estratégicos, entendidos sempre como criação de nova capacidade produtiva, e não como mera participação em programas de privatização ou compra de ativos já existentes. A liberação dos cruzeiros se dará segundo o cronograma da obra previamente aprovada, em cotejo com o seu efetivo andamento e de forma a diluir o impacto monetário do processo de conversão;

c) caberia ainda, ao Estado, diferenciar os deságios oferecidos para a conversão da dívida, segundo a hierarquia de prioridades dos projetos estratégicos.

IV.2 - DÍVIDA INTERNA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS:

A renegociação da dívida externa já por si melhoraria a situação financeira do setor público e das estatais, e o crescimento com estabilidade permitiria alongar o perfil da dívida interna e reduzir a necessidade de sua colocação.

IV.3 - CARGA TRIBUTÁRIA

Definir pactuadamente um patamar mínimo da carga tributária, visando recuperar os níveis da década de 70 (em torno de 30% do PIB), a partir de uma reforma tributária que envolva menor número de impostos, maior equidade, ampliação da base de contribuintes e maior eficácia, em particular medidas no combate à sonegação.

Dentre essas medidas destacam-se a criação de mecanismos que dificultem a transmutação da personalidade jurídica; a identificação e tributação a partir de sinais exteriores de riqueza; a regulamentação sobre o imposto de grandes fortunas, como forma de controle da efetividade da tributação sobre a renda; a recuperação do cheque nominal como instrumento de controle dos fluxos econômicos e portanto da capacidade fiscal; e o aperfeiçoamento da legislação que identifique remuneração in-

direta de pessoas físicas enquanto proprietárias e dirigentes de pessoas jurídicas.

V - ALGUNS ELEMENTOS OPERACIONAIS PARA AS POLÍTICAS DE RENDA E DE ESTABILIZAÇÃO.

A manutenção do controle sobre a trajetória inflacionária é fundamental no espaço de tempo entre o lançamento dos programas estratégicos e a efetiva retomada do crescimento econômico, que viria re-colocar as condições do equilíbrio fiscal e do controle do Estado sobre a moeda. Para isso é necessário:

a) transformar as câmaras setoriais no instrumento operacional para a execução de uma política de renda que possa permitir o controle da inflação, observados os seguintes pressupostos:

- no combate à inflação, deslocamento da ênfase do controle da demanda agregada via políticas monetárias e fiscais restritivas para o controle dos custos de produção;

- flexibilidade da política monetária para reduzir a taxa de juros reais e viabilizar o financiamento da produção e circulação de bens e serviços e mantê-la em patamar compatível com o controle de custos no setor produtivo;

- sem abandonar o objetivo de um ajuste fiscal, flexibilidade dos instrumentos tributários, de forma a permitir ajustes de curto prazo em setores e pontos de estrangulamento específico para compensar altas autônomas de custos e impedir sua repercussão nos preços e favorecer o aumento de produção e de salários.

b) operar, através das câmaras setoriais e para produtos selecionados, metas de preços, salários, impostos, margem de lucros e produção por período pré-determinado de tempo, sob a forma de contratos envolvendo os empresários e sindicatos das empresas dos setores em questão, figurando os interesses sindicais, patronais e operários, como coadjuvantes do processo de negociação, estabelecendo-se prêmios e sanções para o cumprimento ou transgressão do pactuado.

VI - REARTICULAÇÃO E GESTÃO DO SETOR PÚBLICO

A rearticulação do setor público pressupõe a recuperação da capacidade de investimento das empresas públicas estratégicas e a implantação, concomitantemente, de contratos de gestão, com a definição de metas e autonomização gerencial. As metas diriam respeito à produção, desenvolvimento tecnológico, expansão e produtividade. A par desse processo, outro mecanismo a

ser implantado é o estabelecimento de critérios claros para a licitação e concorrência de obras públicas e definição de referências de preços para obras e principais itens de custeio do setor público.

VII - PREVIDÊNCIA SOCIAL

É necessário deslocar a discussão atual acerca de ajustes marginais na Previdência Social para o enoaminhamento de uma proposta global de seguridade no país. Essa perspectiva deve envolver:

VII.1 - A estruturação de um sistema específico voltado para o funcionalismo que considere as especificidades constitucionais e de sua relação de trabalho;

VII.2 - O acesso à Previdência Social apenas dos que recebem até certo nível de rendimentos, redefinindo a contribuição social dos empregados e empresas e instituindo a Previdência Pública Complementar Facultativa para os que recebem acima desse limite, sob regime de capitalização, benefício mínimo garantido e benefício total dependente do resultado das aplicações, formando um fundo de poupança com aplicações orientadas para prioridades selecionadas, desde a privatização de empresas públicas não estratégicas até o financiamento de projetos industriais, agrícolas ou de infra-estrutura rentáveis.

VIII - CONCLUSÃO

O fundamental é a identificação de um bloco estratégico de projetos definidos pelo Estado para acolher os recursos públicos, os recursos privados e, ordenadamente, a conversão de dívida externa em cruzados. Um bloco de projetos destinados a garantir o poder de compra dos assalariados, profundamente afetado pela ação combinada da inflação e da notória disfunção dos sistemas de transporte e estocagem dos produtos agrícolas e agroindustriais.

HÁ UM OUTRO CAMINHO

A Nação Brasileira, ao Senhor Presidente da República, Senhor Presidente do Congresso, Senhores congressistas, cidadãos e cidadãs:

Há um ano e meio temos reconhecido acertos e equívocos de seu Governo, os quais têm sido por mim apontados com isenção política, erigida pela vida republicana.

A Nação está em crise.

Todavia, a despeito dos desequilíbrios históricos herdados, é possível romper a inércia que nos paralisa há mais de uma década.

Entre 1930 e 1980, sob ingentes esforços políticos e imensos sacrifícios da população brasileira, estruturou-se no Brasil um sistema produtivo complexo e amplo. Essa estrutura capaz de produzir um largo

elenco de bens e serviços, tem se mostrado incapaz de superar a avassaladora miséria da gente brasileira.

A cupidex de alguns poderosos interesses privados, a corrupção pública e privada, dilapidando os fundos públicos, e a falta de vontade e orientação política impediram e continuam impedindo que essa capacidade produtiva se volte para as necessidades da população.

Neste momento de crises, há um outro caminho:

- voltar a base produtiva privada e os diversos níveis do setor público, para a produção dos bens e serviços de massa;

- incorporar a população brasileira cada vez mais como produtora, e como produtora com maior produtividade; e

- incorporar a população brasileira como consumidora, num verdadeiro consumo de massa para um sistema de produção em massa.

Há ajustes a fazer, os quais, certamente, implicarão sacrifícios. Mas, a única forma de tais sacrifícios serem politicamente suportáveis é fazê-los claramente, com uma finalidade que incorpore a imensa maioria da população.

Hoje, o "bolo" tem que ser dividido para que possa crescer. A proposta que submetemos ao debate significa mobilizar todos os esforços em prol da produção dos bens consumo-salário, a qual, portanto, contará com a compreensão da população, com o apoio dos intelectuais e com a resposta dos interesses produtivos mais autenticamente ligados aos interesses brasileiros.

Mas, para alcançar esses objetivos, não há barreiras a quaisquer interesses estrangeiros que possam nos ajudar. Não é, portanto, uma proposta xenófoba. Queremos os recursos externos, mas para ampliar o processo produtivo e não apenas para repassar um patrimônio historicamente acumulado.

Nossa proposta concentra-se, inicialmente, na mobilização de um conjunto de ações, respaldadas em suporte financeiro, seguro, se necessário público, resultante de um ajuste fiscal a favor de atividades que, ao mesmo tempo que reduzem o custo e o preço dos bens de consumo-salário, ampliem o emprego e reduzam as incertezas.

Somente quando a Nação trilhar taxas de expansão seguras, ainda que reduzidas, estarão criadas as condições para a execução de uma verdadeira política industrial; uma política de abertura, sim, mas não de dilapidação da capacidade já instalada.

Uma política de desestatização, mas não confundida com a dilapidação e a doação de patrimônio público; uma política em que o setor privado assuma progressivamente os investimentos novos nos setores onde

o setor público já cumpriu o seu papel histórico.

Uma política de expansão, sim, mas que leve em conta os desequilíbrios regionais. Essas políticas, entretanto, não podem ser confundidas com a manutenção dos privilégios das elites econômicas retrógradas.

Há um outro caminho. A inserção num sistema competitivo internacional deve ser feita a partir da adoção de padrões tecnológicos mais avançados pelas empresas aqui existentes, e não apenas como aspiração, de uma pequena camada de privilegiados, a importar bens absolutamente supérfluos.

Há um outro caminho:

- mover instrumentos de política industrial, mas não apenas como benesses aos grandes grupos industriais;

- mas, sobretudo, criar programas capazes de dotar os trabalhadores brasileiros de educação, saúde e conhecimentos técnicos para se incorporarem produtivamente nos mais modernos e avançados sistemas industriais.

Há, portanto, outros caminhos.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 18.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Alceu Swarowski e Mario Bezerra, tendo justificado a ausência o Deputado Rafael Greca. Havendo númer

ro legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 392/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 447/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 91/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 454/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 084/91. Relator Deputado Mario Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 455/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 83/91. Relator Deputado Mario Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 451/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 87/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 453/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 85/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 456/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 92/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;

Wilson Penka - Secretário.